

"CONTRIBUIÇÃO AO APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA
DOS INCENTIVOS FISCAIS DO IMPOSTO SOBRE CIR
CULAÇÃO DE MERCADORIAS EM SANTA CATARINA"

Eng^o OURIDES SEBASTIÃO STEIL

CENTRO TECNOLÓGICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO - CX.P. 429 - FLORIANÓPOLIS - S.C.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA INDUSTRIAL

"CONTRIBUIÇÃO AO APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA
DOS INCENTIVOS FISCAIS DO IMPOSTO SOBRE CIR
CULAÇÃO DE MERCADORIAS EM SANTA CATARINA"

TESE SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE

MESTRE EM CIÊNCIAS



0.249.157-9

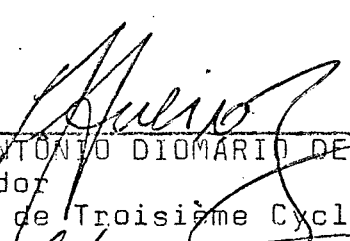
UFSC-BU

Engº OURIDES SEBASTIÃO STEIL

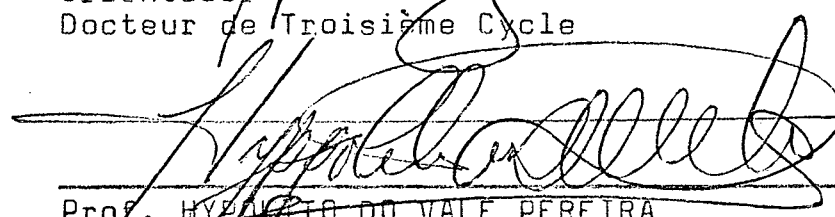
JANEIRO - 1975

ESTA TESE FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE

MESTRE EM CIÊNCIAS - ESPECIALIDADE ENGENHARIA
INDUSTRIAL E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

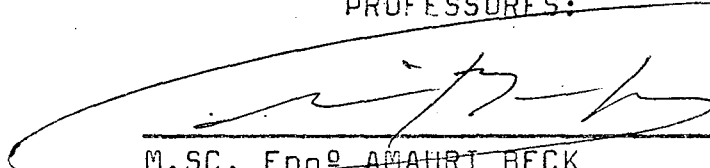


Prof. ANTONIO DIOMARIO DE QUEIROZ
Orientador
Docteur de Troisième Cycle



Prof. HYPPOLITO DO VALE PEREIRA
Integrador dos Programas de Pós-Graduação
em Engenharia

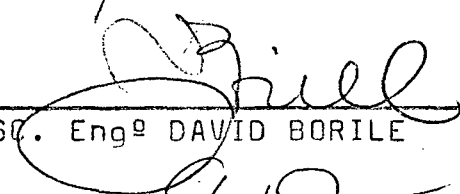
APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA DOS
PROFESSORES:



M.SC. Engº AMAURI BECK



M.SC. Engº OTÁVIO FERRARI FILHO



M.SC. Engº DAVID BORILE



Prof. Econ. SÉRGIO UCHÔA DE RESENDE — Ex-Secretário
da Fazenda e Ex-Presidente do FUNDESC

AGRADECIMENTOS

O autor deseja prestar sinceros agradecimentos

- ao Professor Antônio Diomário de Queiróz pela eficiente orientação prestada e pelo empréstimo da bibliografia que possibilitou o Capítulo I;
- ao Senhor Sérgio Uchôa de Rezende, pelas facilidades oferecidas na obtenção dos dados indispensáveis à elaboração do presente trabalho, através dos seus Assessores diretos: Senhores Lênio Machado, Francisco Cirillo Corrêa e Sra. Vaiani Kotzias Pizzani (Assessora Jurídica do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC);
- ao Professor Ary Canguçu de Mesquita, na qualidade de Diretor Superintendente do BRDE/AGFLO, ao qual representa, pelo acesso aos documentos de trabalho e formação prática-profissional;
- aos Senhores Carlos Alfredo M. Loeblein e Luiz Henrique Geisel, pelo equacionamento dos problemas contábeis e colaboração nas sugestões ao funcionamento da Companhia de Desenvolvimento do Estado;
- aos Professores do Departamento de Engenharia Industrial e aos colegas de trabalho do BRDE que anonimamente contribuíram para a conclusão desta Tese.

OFERECIMENTO

O presente Trabalho ofereço ao meu filho Alexandre e minha esposa Rosali como agradecimento pelo tempo que se privaram de minha presença.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
SUMÁRIO/ABSTRACT	3

CAPÍTULO I

1. OS INCENTIVOS FISCAIS DO I.C.M. COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO	4
1.1. Desenvolvimento Econômico, Industrial e Financeiro	4
1.2. O Estado como promotor de desenvolvimento	6
1.3. A criação do FUNDESC em Santa Catarina - Seu posicionamento no Sistema Financeiro Nacional	8
1.4. O regime dos incentivos fiscais do ICM e a implantação de indústrias	13
1.5. As modificações recentes no Regime dos Incentivos Fiscais do FUNDESC	16

CAPÍTULO II

2. DISPONIBILIDADE, APLICAÇÃO, CUSTOS E DISPERSÃO DOS RECURSOS	21
2.1. Disponibilidade dos Recursos	21
2.1.1. Disponibilidade ideal	21
2.1.2. Disponibilidade aparente	23
2.1.3. Disponibilidade real	24
2.2. Aplicação dos recursos	36
2.2.1. Aplicação ideal	36
2.2.2. Aplicação aparente dos recursos	37
2.2.3. Aplicação real	41
2.3. Fluxo de caixa	44
2.3.1. Fluxo de caixa ideal	44
2.3.2. Fluxo de caixa aparente	45
2.3.3. Fluxo de caixa real	46
2.3.4. Fluxo de caixa proposto	47

2.4. Perdas do Poder Aquisitivo da Moeda	49
2.5. Custos Extra-Sistema	56
2.5.1. Custos de Captação	56
2.5.2. Taxação extra do Imposto de Renda	57
2.6. Dispersão de Recursos	64

CAPÍTULO III

3. OS EFEITOS DOS INCENTIVOS FISCAIS DO ICM SOBRE A INDUS - TRIALIZAÇÃO	67
3.1. Aplicação por Ramo Industrial	67
3.2. Regionalização	70
3.3. Retorno do ICM	73
3.4. Interesse das Indústrias Financiadoras	75
3.5. Interesse das Indústrias Receptoras	79

CAPÍTULO IV

4. CONCLUSÕES	81
---------------------	----

CAPÍTULO V

5. SUGESTÕES	84
5.1. Alterações na atual estrutura de funcionamento do FUNDESC	84
5.2. Transformação do FUNDESC em Companhia de Desenvolvimen- to do Estado	86
5.2.1. Vantagens de uma Companhia de Desenvolvimento do Estado	86
5.2.2. Pressupostos para o bom funcionamento da C.D.E..	88
5.2.3. Dinâmica de funcionamento da C.D.E.	88

ANEXOS

1. LEGISLAÇÃO

1.1. Do FUNDESC	91
-----------------------	----

1.2. Dos Incentivos	99
1.3. FUNDESC e INCENTIVOS (Acrescentando dispositivos)	104
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	107

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1	- Resumo dos financiamento aprovados por Grupos.	12
Tabela nº 2	- Financiamentos realizados pelo FUNDESC	16
Tabela nº 3	- Disponibilidade ideal dos recursos	21
Tabela nº 4	- Disponibilidade aparente dos recursos	23
Tabela Nº 5	- Valores agregados tributados por setor	25
Tabela nº 6	- Vendas tributadas por setor	26
Tabela nº 7	- Contribuição do setor secundário para os Incentivos Fiscais	30
Tabela nº 8	- Disponibilidade real de recursos no setor secundário	31
Tabela nº 9	- Contribuição do setor terciário para os Incentivos Fiscais	32
Tabela nº 10	- Disponibilidade real de recursos no setor terciário	33
Tabela nº 11	- Disponibilidade real dos recursos	34
Tabela nº 12	- Resumo das disponibilidade dos recursos	35
Tabela nº 13	- Aplicação ideal dos recursos	36
Tabela nº 14	- Aplicação aparente dos recursos	38
Tabela nº 15	- Correção das aplicações de recursos	41
Tabela nº 16	- Aplicação real dos recursos	42
Tabela nº 17	- Resumo das aplicações dos recursos	43
Tabela nº 18	- Fluxo de caixa ideal	44
Tabela nº 19	- Fluxo de caixa aparente	45
Tabela nº 20	- Fluxo de caixa real	46
Tabela nº 21	- Fluxo de caixa proposto	47
Tabela nº 22	- Incentivos Fiscais totais em suas épocas de utilização	50
Tabela nº 23	- Perdas devidas à variação do poder aquisitivo da moeda	52
Tabela nº 24	- Perdas anuais devidas à variação do poder aquisitivo da moeda	54
Tabela nº 25	- Custos relativos à captação	56
Tabela nº 26	- Pagamento do I.R. à Fazenda Nacional	63
Tabela nº 27	- Resultado financeiro global	65
Tabela nº 28	- Santa Catarina - Distribuição das empresas por ramo de atividade e por número de empregados .	68
Tabela nº 29	- SC - Concentração territorial da indústria ...	71
Tabela nº 30	- Distribuição dos Incentivos Fiscais e do ICM por Micro-Região	72

INTRODUÇÃO

Exercendo nossas atividades profissionais no BRDE, um dos principais agentes do desenvolvimento industrial na Região Sul do Brasil, temos a oportunidade de acompanhar vivamente a expansão do sistema financeiro em Santa Catarina, com a criação de diversos instrumentos para mobilizar e fixar as poupanças geradas na Economia, canalizando-as para a promoção do desenvolvimento econômico.

Por esse motivo, somos dos que acreditam nos números que trazem a excelente performance do crescimento da economia catarinense nos últimos 10 anos e que esse crescimento se deve, em grande parte, às ações governamentais para responder à insuficiência do sistema de crédito especializado que se constituía, anteriormente, num dos principais pontos de estrangulamento regional.

Em nossos contatos com os Srs. industriais e com outros agentes do sistema financeiro, pudemos sentir, no entanto, que embora admitindo igualmente a melhoria qualitativa e em substância da situação creditícia no Estado, vinham sendo apontadas, com frequência, algumas imperfeições nessa área.

Devendo apresentar trabalho de tese para obtenção do título de Mestre em Ciências - Especialidade Engenharia Industrial - na Universidade Federal de Santa Catarina, achamos que esta seria a oportunidade para estudar-se o funcionamento do sistema financeiro no Estado, em busca de seu aprimoramento.

Nossos estudos se iniciaram pela análise da atuação do BRDE como agente financeiro. Dentre os fundos movimentados pelo Banco, despertou especial interesse a originalidade do FUNDESC, como instrumento de financiamento de âmbito estadual. Aquele interesse se consolidou, ao sentir-se a flexibilidade de ação possibilitada na movimentação dos recursos desse FUNDO, e sua adequação a uma estratégia para o desenvolvimento industrial catarinense. De fato, observou-se que, através do regime dos Incentivos Fiscais do ICM, havia no Estado um mecanismo de captação e incen

tivo à formação de pupanças que alimentava de recursos o FUNDESC, promovendo o surgimento de novas indústrias.

Pareceu-nos, porém, nos estudos preliminares, que as potencialidades dos Incentivos Fiscais do FUNDESC não repercutiam, em toda sua amplitude, sobre o processo de industrialização do Esta do. Estando bem definida a utilização do ICM como fonte de recursos (entrada do sistema), estando fundamentado o objetivo de promover a industrialização do Estado (saída do sistema), nos convencemos de que o verdadeiro problema de nossa tese sobre o funcionamento do sistema financeiro do Estado, seria encontrar elementos que servissem de contribuição ao aprimoramento da atual estrutura dos incentivos fiscais do ICM (processamento do sistema)

Essa, então, foi a orientação que tomou este trabalho.

SUMÁRIO

Esta Tese desenvolve, em um primeiro capítulo, os fundamentos teóricos do desenvolvimento e da intervenção estatal na economia. Situa, então, o regime dos Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - ICM, como instrumento de ação governamental, salientando sua representatividade no FUNDESC FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

No segundo capítulo, são analisadas as disponibilidades e as aplicações ideal, aparente e real de recursos, seu fluxo de caixa e seus custos intra e extra-sistema, chegando-se a diagnosticar as dispersões existentes.

No terceiro capítulo, são estudados os efeitos dos incentivos fiscais do ICM sobre a industrialização catarinense.

Seguem-se as conclusões e as sugestões finais.

ABSTRACT

This thesis develops, in the first chapter, the theoretical foundations of the development and the intervention of the state in economics. It thus situates the regime of the Fiscal Incentives of the Added Value Tax - ICM, as a device of the governmental action, pointing out its representativity in the Santa Catarina Agency for Development - FUNDESC.

In the second chapter are analysed the disponibilities and the ideal, apparent and real applications of resources, its cash flow and its intra and extra-system costs, coming to a diagnosis of the existing dispersions.

In the third chapter are studied the effects of the ICM fiscal incentives upon the industrialization of Santa Catarina.

There follow the conclusion and the final suggestions.

CAPÍTULO I

1. OS INCENTIVOS FISCAIS DO I.C.M. COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

1.1. Desenvolvimento Econômico, Industrial e Financeiro

O desenvolvimento constitui-se em um processo presente em toda a história da Humanidade. Quando o homem primitivo inventou o machado, ou o arco e as flechas, dotou-se de instrumentos correspondentes a estruturas de produção que lhe asseguraram o crescimento de suas forças produtivas, e, em consequência, um nível superior de vida. A utilização da roda, por exemplo, constituiu-se em um novo processo de desenvolvimento, que lhe proporciona uma estrutura de produção com horizontes bastantes mais amplos. O desenvolvimento pode ser definido assim, como "a passagem de uma estrutura econômica e social considerada, a outras que permitam chegar a um nível mais elevado das forças produtivas. O desenvolvimento exige, portanto, a transição a uma nova função de produção e, ou a uma nova distribuição da demanda" (1).

Historicamente, a incorporação das invenções e das inovações científicas ao processo de produção torna o homem menos submisso à natureza, possibilitando-lhe um volume de utilidades e de satisfações que só encontram aparentemente, limite, em seu espírito criador e racional. O principal sentido e consequência dessas inovações "é o aumento da produtividade da força de trabalho, o que, por sua vez constitui a definição básica de desenvolvimento econômico" (2).

Como a industrialização é quem tem possibilitado o aumento da produtividade de trabalho e as mudanças substanciais na estrutura

-
- (1) QUEIROZ, Antônio Diomário de - "Une approche structurale du Sous - Développement et du Développement" - I.E.D.E.S. - Université de Paris I, Paris, 1971, pág. 129.
- (2) WALDERRAMA, Hector Soza - Planificación del desarrollo industrial - Siglo XXI - Editores S.A., México, 1ª Ed., 1966, pág. 4

tura de produção da economia, passa a ser frequente, na atualidade, o emprego indistinto dos termos "desenvolvimento" e "industrialização". O desenvolvimento das economias tem-se acompanhado do processo de industrialização.

A industrialização, ao realizar-se no contexto de uma economia monetária, depende, além dos fatores reais, de fatores financeiros, como a utilização de novas técnicas financeiras e a existência de instituições voltadas à captação dos recursos disponíveis sob a forma de excedente econômico.

Daí "ser possível estabelecer um paralelismo aproximado entre desenvolvimento industrial (econômico) e desenvolvimento financeiro, isto é, pode haver certo grau de relação causal entre os dois fenômenos (...). Há o consenso de que mesmo que não propicie aumento da poupança, a superestrutura financeira, na forma de títulos primários e secundários, pode contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico pelo fato de que facilita a migração de fundos para o melhor usuário, ou seja, facilita a reaceleeração de recursos para os setores onde poderão render mais" (3).

(3) SUZIGAN, Wilson, e outros - Financiamento de projetos industriais no Brasil - IPEA, ILPES, R.J., 1972, pgs. 29 e 30.

1.2. O Estado como promotor de desenvolvimento

Nas atuais economias descentralizadas, de livre mercado, que compõem o centro do sistema capitalista, a ação estatal teve um raio de ação limitado, na promoção do desenvolvimento econômico. Por essa razão, existe frequentemente a identificação do capitalismo ao regime liberal, como "um sistema no qual as relações econômicas e sociais são regulamentadas pelo contrato, onde os homens procuram livremente seus meios de existência, na ausência de pressões legais" (4).

No entanto, para os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, embora estejam integrados ao sistema capitalista mundial, aceita-se, cada vez com menos restrições, que o desenvolvimento econômico, industrial e financeiro possa e deva ser promovido mediante a intervenção do Estado. "O Estado dispõe teoricamente de uma série de instrumentos eficazes para organizar, ou ao menos estimular o desenvolvimento: ele determina a política fiscal e pode por exemplo criar uma poupança forçada; ele é responsável pela infraestrutura e por uma gama de serviços públicos, notavelmente em matéria de educação e de formação técnica; o controle dos preços lhe permite lutar contra a inflação, a especulação, os lucros excessivos; uma orientação ao consumo pode ser imposta através de racionamento; ele tem inclusive a possibilidade de realizar os investimentos quando a iniciativa privada seja insuficiente" (5).

Embora o mercado continue desempenhando papel predominante na tomada das decisões econômicas, e o controle e a administração do capital permaneçam em mãos privadas, a ação do Estado, orientada em escolhas racionais, acelera a transformação da realidade dentro de uma estratégia definida de desenvolvimento. "Os mercados não podem desdobrar-se para dar grandes passos, quando estes se fazem necessários. Da mesma maneira que não podem colo

(4) BARTOLI, Henri - "Systèmes e Structures économiques" - Ed. Cujas, Paris, 1969, pág. 63.

(5) FREYSSINET, Jacques - Le concept de sous-développement - Monton & Cie - Paris - 2ª Ed., 1970, pág. 214.

car um homem no espaço, tampouco podem criar com rapidez uma indústria siderúrgica em países onde não há nenhuma, ou pouca capacidade para a produção de aço. E nem podem formar rapidamente um complexo industrial integrado. Acima de tudo, ninguém pode ter a certeza de que o farão em países onde o desenvolvimento atrasou-se e onde há não apenas necessidade de progresso, mas necessidade urgente. Confiar nos mercados implica aceitar um risco inaceitável, em troca de nada, ou de quase nada" (6).

Torna-se assim indispensável a intervenção do Estado nos mercados, inclusive para induzir, através de incentivos e motivações, a atividade privada a conformar-se à política global de desenvolvimento. Essa política, segundo TINBERGEN (7), há de ter quatro objetivos principais:

a) criar condições gerais favoráveis ao desenvolvimento;

b) fazer com que as autoridades governamentais, a indústria, o comércio e o público em geral, fiquem cientes das potencialidades e vantagens do desenvolvimento;

c) efetuar determinados investimentos, geralmente no setor da infra-estrutura; e

d) tomar as providências necessárias a facilitar e estimular o investimento e a atividade privada.

(6) GALBRAITH, John Kenneth - Desenvolvimento Econômico em Perspectiva - Ed. Fundo de Cultura-R.J. 1ª Ed.Bras. 1962, pág.39.

(7) TINBERGEN, Jan - Programação para o Desenvolvimento - F.G.V. 1ª Ed. em Português, 1964, pág. 2.

1.3. A criação do FUNDESC em Santa Catarina - Seu posicionamento no Sistema Financeiro Nacional

A industrialização catarinense vinha se realizando, até há bem poucos anos, independentemente de uma estratégia de desenvolvimento, com o Governo Estadual assumindo as funções correspondentes à de Estado Liberal. As transformações na estrutura industrial catarinense procederam-se, em consequência, de forma lenta, sem mesmo acompanhar o ritmo das evoluções que se verificavam no País. A análise dessa estrutura feita pelo Prof. MARCONDES DE MATTOS (8) chegou, entre outras, às seguintes conclusões, a respeito da industrialização catarinense, nos primeiros anos da década passada:

" - A concentração nos ramos "tradicionais" de mais de dois terços da produção manufatureira catarinense caracteriza uma estrutura desfavorável, entendida como a que tende a se desenvolver a um ritmo inferior a do Produto Industrial (baixa elasticidade-renda), a absorver menos enriquecimento tecnológico e organizacional, a apresentar taxas de crescimento da produção mais reduzidas, a ser menos flexível e adaptável às condições de mercado, enfim, a ser menos dinâmica e menos moderna".

" - A baixa participação dos bens de capital, de consumo durável e dos intermediários que se vinculam tecnológica e economicamente aos primeiros, assemelha a estrutura industrial de Santa Catarina àquelas encontradas em economias com menor grau de desenvolvimento.

Como foi nesta faixa de bens que ocorreu o processo de "substituição de importações", Santa Catarina, por conseguinte, pouco se beneficiou dos fatores "exógenos" que motivaram o aceleramento industrial do País".

" - Resultante da excessiva preponderância dos ramos madeira, têxtil e alimentar, todos incluídos no grupo "tradicionais", e apresentando inexpressivo dinamismo dentro do próprio setor industrial, encontra-se o parque manufatureiro catarinense escassamente integrado".

Um dos fatores limitantes à expansão econômica do Estado

(8) MARCONDES DE MATTOS, Fernando - A industrialização catarinense - U.F.S.C. - Florianópolis, 1968, pág. 145 e 55.

no início da década de 60 era a escassez de crédito para o financiamento industrial.

Foi então criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. (B.D.E.), pela Lei nº 2.719, de 27 de maio de 1961, estimulando a criação de riquezas, sua distribuição e circulação.

Como fonte de recursos do BDE foi implantado o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, FUNDESC, pela Lei nº 3.390, de 23 de dezembro de 1963, com a abertura de um crédito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Na qualidade de administrador do FUNDESC, competia ao BDE (Artigo 3º) e à conta dos recursos deste:

"a) promover diretamente ou por intermédio de terceiros, estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social do Estado, para fins de financiamento, nos termos desta Lei;

b) promover financiamentos de estímulo a empreendimentos e serviços que visem ao desenvolvimento econômico e social do Estado, de preferência em suas áreas economicamente menos evoluídas;

c) instituir e subscrever capital de sociedades de economia mista, que visem à expansão econômica, ao desenvolvimento da infra-estrutura e à produção industrial ou agrícola do Estado;

d) operar diretamente com os recursos do Fundo, movimentando-se na execução de empreendimentos agro-pecuários ou industriais ou de pesca e na aquisição de bens móveis para os referidos fins, como: máquinas, ferramentas, motores, sementes, adubos, medicamentos, gado e outros animais de raça, matérias primas e outras e imóveis-áreas de terras para fixação de zonas industriais e agro-pecuárias e posterior revenda dos mesmos para aplicação em atividades de produção."

Em 1965, nos termos da Lei nº 3.791, de 30 de dezembro, foi autorizado a se formar o Grupo Executivo Industrial, G.E.I., com a finalidade de promover medidas no sentido de desenvolvimento industrial do Estado.

Em 1968, pela Lei nº 4.223, de 26 de setembro, foi criado o Conselho Administrativo do FUNDESC, para administração, orientação e controle do FUNDESC e foram-lhe autorizados créditos especiais e suplementares de até Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Com esses recursos, com a operação do "Regime de Incentivos Fiscais do I.C.M.", criado pela Lei nº 4.225, de 18/10/1968 e com o funcionamento do Grupo Executivo Industrial (Decreto GP-20. 1. 69/7.652), deu-se a verdadeira demarcação das atividades do FUNDESC, a partir do ano de 1969, devendo seus recursos serem utilizados com objetivos definidos no Artigo 3º, da Lei nº 4.223:

"a) Financiamento de capital fixo e de giro de empreendimentos que visem ao desenvolvimento econômico e social do Estado, atendidas as peculiaridades de suas áreas economicamente menos evoluídas;

b) aquisição de ações e debêntures de empresas que contribuam para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico do Estado e que tenham tido seus projetos aprovados pelo Conselho Administrativo a que se refere o artigo 5º desta Lei;

c) doações, financiamentos normais e financiamentos a fundo perdido de pesquisas tecnológicas, em convênios com entidades públicas e privadas, ou sob contrato;

d) estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social do Estado."

A utilização de recursos prevista na Lei apresentava a mesma tendência apontada posteriormente pelo Ministro do Planejamento JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO para os bancos de desenvolvimento, ou seja: "financiar maciçamente os projetos prioritários do setor privado, principalmente na Indústria e Agricultura, reduzindo progressivamente o apoio à infra-estrutura à medida que fundos vinculados possam dar a esta última um mecanismo financeiro próprio" (9).

(9) REIS VELLOSO, João Paulo - Pronunciamento na Sessão de Abertura do IIIº Congresso de Bancos de Desenvolvimento - Revista ABDE - Nov/73.

O artigo 2º da Lei supra institui como recursos do FUNDESC os itens abaixo:

1. Os decorrentes de dotações orçamentárias;
2. Os decorrentes de abertura de créditos especiais com este fim;
3. Os rendimentos, juros, retornos e recebimentos resultantes da aplicação do próprio fundo;
4. Os provenientes de dividendos, lucros e bonificações , distribuídos por empresas de que o Estado seja acionista, com a participação de recursos do Fundo;
5. Os decorrentes de dotações, legados e contribuições que receberam;
6. Os resultantes de empréstimos e suprimentos obtidos pelo Estado, para a aplicação específica em investimento e financiamento pelo FUNDESC;
7. Outros recursos que lhe forem conferidos por Lei.

Durante o período 1969/junho de 1973, os financiamentos aprovados pelo FUNDESC somaram Cr\$ 125.273.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e duzentos e setenta e tres mil cruzeiros) com uma repercussão global de Cr\$ 884.758.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões e setecentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) no investimento do setor industrial catarinense, conforme quadro abaixo:

RESUMO DOS FINANCIAMENTOS APROVADOS POR GRUPOS

Anos de 1969 a 1973 (Junho)

Tabela nº 1	GRUPOS	Cr\$ mil					
		FUNDESC	%	AGENTES	%	EMPRESAS	%
						TOTAL	%
	Dinâmico	26.425	14,89	85.438	48,13	65.649	36,98
	177.512						20,06
	Tradicional	98.848	13,98	337.134	47,67	271.264	38,35
	707.346						79,94
	TOTAL	125.273	14,16	422.572	47,76	336.913	38,08
						884.758	100,00

Fonte: Conferência pronunciada no dia 11 de outubro de 1973, em Curitiba (PR), para a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Paraná, pelo Presidente do Conselho Administrativo do FUNDESC, Secretário da Fazenda, Dr. Sérgio Uohôa de Rezende.

1.4. O regime dos Incentivos Fiscais do ICM e a implantação de indústrias

Para prover o FUNDESC do volume de recursos necessários à promoção do desenvolvimento industrial catarinense, foi criado pela Lei nº 4.225, de 18 de outubro de 1968, o regime de Incentivos Fiscais, "cujo produto deverá ser aplicado na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que vierem a se instalar em municípios incluídos em "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", e que tenham tido seus projetos aprovados pelo Conselho Administrativo do FUNDESC (Artigo 3º)". No parágrafo primeiro do mesmo artigo, "permitir-se-á, também, a aplicação dos incentivos fiscais na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que vierem a se instalar em qualquer ponto do território do Estado, desde que, por decisão do Chefe do Poder Executivo exarada em manifestação do Conselho Administrativo do "FUNDESC", seja a atividade industrial considerada como básica para o desenvolvimento econômico do Estado".

Como requisitos para definição de atividade básica entendia o § 2º do mesmo artigo, regulamentado pelo Decreto nº SF - 6-69/7.885, os seguintes: a) essencialidade e relevância do projeto; b) inclusão da atividade na categoria de indústria de bens de produção e ou de consumo duráveis, ou, ainda, de utilização intermediária; c) capital social superior a Cr\$ 3.000.000,00 (tres milhões de cruzeiros); d) utilização preferencial de matéria prima e de mão de obra locais; e) organização preferencial sob a forma jurídica de sociedade anônima.

Os recursos destinados aos Incentivos Fiscais do FUNDESC tiveram sua origem na referida Lei nº 4.225:

"Artigo 4º - Os incentivos fiscais mencionados no artigo anterior corresponderão aos seguintes percentuais aplicados sobre o ICM devido por qualquer contribuinte do referido tributo, estabelecido no Estado de Santa Catarina e aqui recolhido:

a - nos primeiros dezoito meses que se seguirem ao início da vigência desta Lei-10% sobre o montante a recolher;

b - do décimo nono ao trigésimo sexto mês - 15%;

c - do trigésimo sétimo mês em diante - 20%".

Passaram então os Incentivos Fiscais do ICM a constituir recursos do FUNDESC (Resolução nº 1), mas devendo ser aplicado em conformidade com a Lei que os originou. Deveriam estringir-se, portanto, às aplicações apenas em implantação de indústrias excluindo-se as expansões e melhorias de estabelecimentos existentes e as empresas que atuam em atividades consideradas com não sendo básicas.

O aproveitamento dos incentivos fiscais atenderia às normas fixadas pelo Artigo 6º:

"I - O contribuinte, à época do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias, confeccionará duas guias distintas (uma, consignando o valor do tributo devido com redução do percentual a que se refere o artigo 4º, e, outra, registrando o valor do incentivo fiscal;

II - O valor correspondente ao incentivo fiscal será lançado à conta de "Depósitos de Diversas Origens - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina";

III - Ao contribuinte será lícito, até 2 (dois) anos após efetuado o depósito ou completado o limite mínimo referido no parágrafo 2º deste artigo, solicitar ao "Conselho Administrativo do FUNDESC", a aplicação dos valores depositados à sua ordem, na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais de sua livre escolha, desde que venham elas a se instalar nas "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" ou que sejam consideradas como atividades estratégicas.

§ 1º - À solicitação dos incentivos aproveitados, serão juntadas cópias autenticadas das guias de depósitos a que se refere o inciso I deste artigo.

§ 2º - O "FUNDESC" não aceitará solicitação de aplicação inferior a NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos).

§ 3º - Os depósitos correspondentes aos incentivos serão transferidos ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A., cabendo ao Conselho Administrativo do "FUNDESC" movimentá-los.

§ 4º - O FUNDESC cobrará dos tomadores de cotas ou ações, a título de ressarcimento de custos operacionais, a taxa de 3% (três por cento) do valor da aplicação. "

1.5. As modificações recentes no regime dos Incentivos Fiscais do FUNDESC

Os Incentivos Fiscais que, inicialmente, deveriam se constituir como uma complementação ao funcionamento do FUNDESC, tornaram-se, na prática, financeiramente, o suporte básico para a sua existência, como se verifica no quadro a seguir:

FINANCIAMENTOS REALIZADOS PELO FUNDESC

Tabela nº 2

Cr\$ mil

EXERCÍCIO	FINANCIAMENTOS POR CONTA DE				TOTAL	%
	Dotação Orçament.	%	Incentivos Fiscais	%		
1969	3.982	45,12	4.842	54,88	8.825	9,15
1970	12.767	62,33	7.716	37,67	20.483	21,24
1971	6.319	32,78	12.957	67,22	19.276	19,98
1972	13.119	43,77	17.551	57,23	30.670	31,80
1973	7.425	43,17	9.776	56,83	17.201	17,83
TOTAL	43.612	45,21	52.843	54,79	96.455	100,00

Obs.: 1973 compreende somente o período de janeiro a junho.

Fonte: Secretaria da Fazenda, elaborado pelo Autor.

Dos financiamentos comprometidos pelo FUNDESC no período 1969 a junho de 1973 (Cr\$ 125.273 mil, conforme Quadro nº 2), foram liberados Cr\$ 96.445 mil, sendo Cr\$ 43.612 mil com recursos de dotações orçamentárias e outras fontes, representando 45,21% e Cr\$ 52.843 mil, ou seja, 54,79%, com recursos dos incentivos fiscais. Pode-se inferir desses números, que as disponibilidades de recursos do FUNDESC, sem o suporte dos incentivos fiscais, seriam insuficientes para atender à demanda de financiamentos do setor industrial em Santa Catarina.

Para resolver a situação, os financiamentos realizados pelo FUNDESC, foram complementados "por conta dos recursos dos incentivos fiscais, que se encontravam ociosos, por não terem ainda sido solicitados (10)".

No que se refere aos projetos aprovados no programa dos incentivos fiscais, houve um comprometimento, no mesmo período, de Cr\$ 183,2 milhões, dos quais foram efetivamente realizados Cr\$ 52,7 milhões. Se considerar-se que os depósitos referentes aos incentivos fiscais somavam até 1973 Cr\$ 194,0 milhões, mesmo levando-se em conta as utilizações pelo FUNDESC de Cr\$ 52,8 milhões, ter-se-ia ainda um Bancos, aparentemente, outros recursos ociosos, no total de Cr\$ 88,5 milhões.

No entanto, parece à primeira vista paradoxal que a Secretaria da Fazenda tenha solicitado à Assembléia Legislativa a aprovação da Lei nº 5.041, em 2 de julho do ano seguinte, reduzindo o limite mínimo de opção de Cr\$ 10.000,00 para Cr\$ 5.000,00 e o prazo de 2 anos para 6 meses, para a escolha do projeto aprovado pelo Conselho Administrativo do FUNDESC, sob a argumentação de aumentar a disponibilidade dos recursos dos incentivos fiscais. Na realidade, o grande volume de solicitações de aprovações de novos projetos industriais naquele período justifica a aprovação legal, já que a real disponibilidade de recursos não se traduz pelo volume dos depósitos bancários, conforme se demonstra

(10) UCHÔA DE REZENDE, Sérgio - Pronunciamento efetuado no dia 11/10/73, para a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Paraná - Curitiba (PR) - Publicação da ADESG - 1973 - pag. 27.

na segunda parte da tese. Por isso mesmo, seis meses após, novo Projeto de Lei foi encaminhado à Assembléia Legislativa, para reduzir o limite a Cr\$ 1.000,00, embora a inflação também venha contribuindo para a real diminuição de seu valor.

Essas sucessivas reduções do limite, ou mesmo sua extinção, não deveriam levar à solução do problema, pois se de um lado aumentam as disponibilidades imediatas, de outro lado, a pulverização das aplicações no capital das indústrias beneficiadas agravaria o descontrole e as dispersões dos recursos. Efetivamente, essas reduções poderiam implicar na diminuição do benefício legal, já que as pequenas aplicações aumentam os custos globais do sistema.

Outra solução teórica para a aparente insuficiência de recursos do FUNDESC, seria aumentar os percentuais aplicados sobre o ICM devido, conforme a legislação original (Lei nº 4.225, artigo 4º), posteriormente abandonada. Mas, como se demonstra nesta Tese, com o aprimoramento da atual sistemática dos Incentivos Fiscais, bastariam os 10% para financiar o volume de solicitações existentes.

Seria ainda de se perguntar se, para sanar as insuficiências de recursos do programa de incentivos fiscais, reverteram para esse programa, os recursos aplicados no FUNDESC, na época em que foram considerados ociosos. E se não reverteram, por que motivo não reverteram? A questão se levanta, principalmente, por que a transferência dos recursos do programa dos Incentivos Fiscais para o FUNDESC resulta na possibilidade de que venham a ser destinados ao financiamento de capital de giro das empresas, ao financiamento de ampliações e modernização — que teriam respaldo em outras instituições financeiras criadas com essa finalidade — e ao financiamento de qualquer outra aplicação de âmbito daquele FUNDO, não prevista pela legislação específica dos Incentivos Fiscais do ICM. Essas transferências poderiam implicar, inclusive, que uma indústria viesse, indiretamente, a financiar sua concorrente no mercado.

Na prática, esse procedimento minha minorando uma das limi-

tações dos usos dos estímulos fiscais, aplicáveis apenas a indústrias novas. Para fugirem às consequências dessa limitação, várias empresas buscavam o artifício da criação de "filhotes", ou seja, unidades industriais novas, e não verdadeiras indústrias novas.

Por outro lado, o funcionamento do regime de Incentivos Fiscais vem sendo prejudicado por sua atual estrutura organizacional. O Conselho Administrativo, que se constitui na única alçada de competência decisória, é formado por eminentes autoridades (11) que por sua ocupação em outras entidades, têm um tempo muito limitado para a administração do programa, que não conta com um executivo em tempo integral. O Órgão de apoio do C.A. era, inicialmente, o Grupo Executivo Industrial (GEI), de caráter técnico, com elementos igualmente a tempo parcial, que procediam, basicamente, às análises dos projetos de implantação de indústrias.

Em 1971, com a extinção do Plano de Metas do Governo, PLAMEG, o pessoal vinculado ao G.E.I. passou à Secretaria da Fazenda, pelo Decreto nº SEF-17.08.71/nº 558.

Em 1972, foi extinto o G.E.I., sendo que suas atribuições passaram à Coordenação Técnica do FUNDESC, formada pelo pessoal de apoio técnico e administrativo do G.E.I.

Desta forma, permanece o FUNDESC sem autonomia, dependendo do suporte direto da Secretaria da Fazenda, para sua gestão administrativa e financeira. Seus setores estão distribuídos por vários locais descontínuos, resultando em constante ruptura do fluxo de informações necessário ao seu bom funcionamento. Os seto-

(11) Composição do Conselho Administrativo do FUNDESC:

- Presidente : Secretário da Fazenda
- Vice-Presidente: Secretário do Desenvolvimento Econômico
Diretor Presidente do BESC
Diretor Superintendente do BRDE
Reitor da UDESC
Dois representantes das classes empresariais.

res de análise técnica e de controle financeiro careceriam redefinir suas atribuições e instrumentalizar-se mais adequadamente para alcançarem a eficiência almejada.

Em resumo, o regime dos Incentivos Fiscais do I.C.M. apresentou, em sua evolução, várias deficiências de ordem de disponibilidade de recursos e administrativas, mas que não foram abordadas, até presentemente, senão com medidas paliativas.

No entanto, o verdadeiro aprimoramento da distemática desses incentivos ainda não se procedeu.

Não negamos, em absoluto, os benefícios advindos da implantação desse sistema.

Pelo contrário, o que se pretende demonstrar nas partes subsequentes deste trabalho, é que sua reformulação proporcionará efeitos favoráveis bem mais substanciais sobre o processo de desenvolvimento industrial de Santa Catarina, com o mesmo volume de recursos previsto em Lei.

CAPÍTULO II

2. DISPONIBILIDADE, APLICAÇÃO, CUSTOS E DISPERSÃO DOS RECURSOS

2.1. Disponibilidade dos Recursos

Os Incentivos Fiscais do ICM, como já foi relatado, foram criados como fonte de recursos para a implantação de novas indústrias em Santa Catarina. Hoje, porém, são levantadas dúvidas quanto ao volume desses recursos, ora considerados ociosos, ora insuficientes para a promoção do desenvolvimento industrial. Nesta parte do trabalho, se procura analisar sua real disponibilidade, após o exame das disponibilidades ideal e aparente.

2.1.1. Disponibilidade ideal

Considerou-se como ideal a disponibilidade do total de recursos possibilitado pela aplicação do percentual de 10% previsto em Lei sobre o ICM arrecadado pelo Estado, conforme Tabela nº 3:

Tabela nº 3 - DISPONIBILIDADE IDEAL DOS RECURSOS

Valores correntes

ANO	ICM DEVIDO	INCENTIVOS FISCAIS	
	VALOR	VALOR	%
1969	265.501	26.550	10
1970	333.885	33.388	10
1971	412.848	41.285	10
1972	574.719	57.472	10
1973	843.703	84.370	10
1974 (1)	776.275	77.628	10
1974 (2)	387.725	38.772	10
1975 (2)	1.687.800	168.780	10
1976 (2)	2.261.652	226.165	10
1977 (2)	2.940.178	294.018	10
TOTAL	10.484.280	1.048.428	10

(1) Até 31/08/74

(2) Previsões

Fonte: Dados originais da Secretaria da Fazenda, elaborados pelo Autor.

Os recursos estimados para o período compreendido entre 01/09/74 e 31/12/77 (Tabela nº 3) tiveram como base e fundamento os seguintes conhecimentos:

a) 3º trimestre de 1974

Média aritmética dos últimos 9 meses do corrente ano e projeção dos três meses restantes;

b) 1975 em função de 1974

Taxa inflacionária prevista pelas autoridades financeiras do Governo Federal (32%);

Crescimento Econômico do Estado de Santa Catarina segundo índices da Secretaria de Desenvolvimento (13%).

Total = 45%

c) 1976 em função de 1975

Face às medidas já adotadas e àquelas que ainda se encontram em fase de análise, no âmbito do Governo Federal (Nova Regulação das S.A., Revigoração do Mercado de Capitais, desaceleração inflacionária através de créditos externos), pôde-se estimar, sem pretensão a futurólogos uma perda substancial de moeda ao redor de 25%.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do Estado permaneça, no mínimo, ao redor de 10% (mesma taxa prevista no II PND):

Total = 35%

d) 1977 em função de 1976

Seguindo a mesma linha do raciocínio exposto precedentemente e, ainda, face ao estudo da tendência secular verificada através da série estatística das arrecadações dos últimos 8(oito) anos, estimou-se um incremento nas arrecadações do ICM em 30% (20% + 10%).

2.1.2. Disponibilidade aparente

Chamou-se de aparente a disponibilidade correspondente aos valores depositados no BESC em conta especial e para uso exclusivo dos Incentivos Fiscais, por dois motivos:

1) Não alcança os 10% legais, já que muitas empresas não optam pelo regime dos Incentivos Fiscais do ICM;

2) Os recursos em depósitos, para se tornarem realmente disponíveis para as empresas receptoras do sistema, deverão satisfazer a certos requisitos legais.

O volume aparente dos recursos está apresentado na Tabela nº 4:

Tabela nº 4 - DISPONIBILIDADE APARENTE DOS RECURSOS

Valores correntes			Cr\$ mil
ANO	ICM	INCENTIVO FISCAL	
	VALOR	VALOR	%
1969	265.501	12.478	4,7
1970	333.885	25.709	7,7
1971	412.848	34.679	8,4
1972	574.719	49.425	8,6
1973	843.703	71.715	8,5
1974 (1)	776.275	69.088	8,9
1974 (2)	387.725	34.508	8,9
1975 (2)	1.687.800	143.463	8,5
1976 (2)	2.261.652	192.240	8,5
1977 (2)	2.940.179	249.915	8,5
TOTAL	10.484.280	883.220	-

(1) Até 31/08/1974

(2) Previsões

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

2.1.3. Disponibilidade real

Se a Lei de Criação dos Incentivos Fiscais se limitasse aos Artigos 1º a 5º, a presente análise se tornaria desnecessária, pois a real DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS se traduziria nos valores em depósito no BESC.

Porém, o Artigo 6º, §2º da Lei nº 4.225, de 18/10/68 assim se expressa:

"O FUNDESC não aceitará solicitação de aplicação inferior a NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos)".

Posteriormente, pela Lei nº 5.041, de 02/07/74, este dispositivo fixou alterado, passando a ter a seguinte redação:

"Ao contribuinte será lícito, após completo o limite mínimo de opção de Cr\$ 5.000,00, o prazo de 6 (seis) meses para a escolha do Projeto aprovado pelo Conselho Administrativo do FUNDESC".

Este dispositivo legal reduz ainda substancialmente a injeção de recursos pelo Estado no setor secundário, porque para se atingir o limite fixado, é necessário um volume de vendas que só é alcançado pela grande maioria das empresas catarinenses, após longo período.

Demonstração

Existe uma forte relação entre o valor do ICM recolhido e os valores das transformações industriais, bem como os acréscimos de preços do comércio e afins.

Em pesquisa realizada junto à Assessoria Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, encontraram-se como composição dos recolhimentos deste imposto no Estado, os percentuais de 65% para o Setor Secundário e 35% para o Setor Terciário.

Com base nestes percentuais, se chegou à Tabela nº 5, que

informa os valores agregados tributados por setor:

Tabela nº 5 - VALORES AGREGADOS TRIBUTADOS POR SETOR

Valores correntes					Cr\$ mil	
ANO	ICM TOTAL	ICM SECUNDÁRIO 65%	ICM TERCIÁRIO 35%	TAXA MÉDIA DO ICM %	VALOR TRIBUTADO	
					SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1969	265.501	172.576	92.925	17,5	986.148	531.000
1970	333.885	217.025	116.860	17,0	1.276.617	687.411
1971	412.848	268.351	144.497	16,5	1.626.370	875.739
1972	574.719	373.567	201.152	16,0	2.334.794	1.257.200
1973	843.703	556.843	286.860	15,5	3.592.535	1.850.710
1974	1.164.000	756.600	407.400	15,0	5.044.000	2.716.000
1975	1.687.800	1.097.070	590.730	14,5	7.566.000	4.074.000
1976	2.261.652	1.470.074	791.578	14,0	10.500.528	5.654.130
1977	2.940.178	1.911.116	1.029.062	14,0	13.651.121	7.350.436

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Como o único dado oficial disponível para o valor da transformação em Santa Catarina, o do Censo Industrial de 1970 (12), Cr\$ 1.456.690.000,00, se aproxima do valor tributado calculado para o mesmo ano, podemos considerar válido o processo de estima da Tabela 5. A diferença verificada (1.456.590 - 1.276.617) atribui-se à isenção no pagamento do ICM para algumas empresas.

O mesmo Censo Industrial apresentava para Santa Catarina na aquele ano um valor de produção de Cr\$ 2.947.305.000,00. Isto significa que o valor agregado pelo setor secundário representa ... 49,42% do preço FOB das vendas:

$$\frac{\text{Valor da Transformação}}{\text{Valor da Produção}} = \frac{1.456.690.000}{2.947.305.000} = 0,4942$$

No setor terciário, pesquisa interna da Assessoria Financeira da Secretaria da Fazenda admite o índice de 30% sobre os preços CIF dos produtos.

Se considerada, ainda, desprezível a variação dos estoques

(12) Censo Industrial de Santa Catarina para 1970, realizado e publicado pelo I.B.G.E.

ao a ano, pode-se, com esses percentuais, montar a Tabela nº 6 , com os valores das vendas tributadas no setor secundário e no setor terciário:

Tabela nº 6 - VENDAS TRIBUTADAS POR SETOR

Valores correntes

Cr\$ mil

ANO	SETOR SECUNDÁRIO			SETOR TERCIÁRIO		
	ICM SECUNDÁRIO	VENDAS TRIBUTADAS	ICM/VENDAS %	ICM TERCIÁRIO	VENDAS TRIBUTADAS	ICM/VENDAS %
1969	172.576	1.944.974	8,65	92.925	1.768.230	5,25
1970	217.025	2.582.596	8,40	116.860	2.289.079	5,50
1971	268.351	3.290.147	8,15	144.497	2.919.714	4,95
1972	373.567	4.723.288	7,91	201.152	4.191.505	4,80
1973	556.843	7.267.698	7,66	286.860	6.170.267	4,65
1974	756.600	10.204.012	7,41	407.400	9.055.144	4,50
1975	1.097.070	15.132.000	7,25	590.730	13.580.000	4,35
1976	1.470.074	21.100.106	6,97	791.578	18.847.100	4,20
1977	1.911.116	27.302.242	6,97	1.029.062	24.500.000	4,20
-	MÉDIA	-	7,71	MÉDIA	-	4,66

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Relacionando as vendas tributadas com os valores recolhidos do ICM, obtém-se a taxa média de tributação do ICM, sobre as vendas do setor secundário e terciário, respectivamente 7,71% e 4,66%.

Pode-se, agora, com os elementos disponíveis, calcular o valor mínimo de vendas tributadas necessário para que os depósitos dos Incentivos Fiscais do ICM das empresas sejam aplicados nos novos projetos industriais.

No setor secundário:

$$\text{ICM} \times 10\% = \text{Incentivo Fiscal} = 5.000,00$$

$$\text{donde } \text{ICM} = \frac{5.000,00}{0,10} = 50.000,00$$

$$\text{como } \frac{\text{ICM}}{\text{Vendas tributadas}} = 0,0771$$

$$\text{Vendas tributadas} = \frac{\text{ICM}}{0,0771} = \frac{50.000}{0,0771} = \text{Cr\$ } 648.508,00$$

No setor terciário:

$$\frac{\text{ICM}}{\text{Vendas tributadas}} = 0,0466$$

$$\text{Vendas tributadas} = \frac{\text{ICM}}{0,0466} = \frac{50.000}{0,0466} = \text{Cr\$ } 1.072.961,00$$

Resta verificar quantas empresas catarinenses, e em quanto tempo, atingem estes totais de vendas tributadas:

No Setor Secundário

Conforme o Censo Industrial Catarinense realizado pelo IBGE e com dados referentes a 1970:

	Nº de Empresas	%	Valor da Produção	%
Totalidade estab.recenseados	8.895	100	2.947.305	100,00
Estabelecimentos com mais de 5 empregados e/ou produção superior a 640 vezes o maior salário vigente no País	3.561	40	2.850.074	96,70
Estabelecimentos com menos de 5 empregados e valor da produção inferior a 640 vezes o maior salário mínimo do País	5.334	60	97.231	3,30

É óbvio que as 5.334 empresas que representam apenas 3,30%

do valor da produção industrial, dificilmente conseguirão o teto mínimo exigido por Lei.

Consequentemente, estes recursos se perdem no tempo, não são usados na promoção do desenvolvimento e acarretarão, cada vez maiores serviços pelos depósitos e manuseios das guias de Recolhimento do ICM.

No Grupo das 3.561 empresas que representam 96,70% do valor da produção industrial, há empresas com vendas desde 640 vezes o maior salário mínimo de 1970, que era de Cr\$ 112,00, até empresas com vendas muitas vezes superior.

O limite inferior de vendas anuais é de $640 \times \text{Cr\$ } 112,00 = \text{Cr\$ } 71.680,00$, significando dizer que tais empresas levariam 9 anos ($\frac{648.508}{71.680}$) para atingir o mínimo de Cr\$ 5.000,00. Já no limite superior, há empresas que conseguiam obter tal valor mínimo de vendas várias vezes em um ano.

É lamentável o desconhecimento da curva representativa desta distribuição.

Mas após pesquisa realizada em mais de 1.000 guias de ICM recolhido, tomadas aleatoriamente, dentre as milhares de guias existentes na Secretaria da Fazenda, aguardando a complementação do limite de opção, concluímos ser a distribuição abaixo, a mais próxima da realidade existente:

<u>Nº Empresas</u>	<u>%</u>	<u>% s/vendas tributadas</u>	<u>Tempo médio</u>
3.561	100	100	-
71	2	45	1 ano
356	10	30	1 a 3 anos
997	28	20	3 a 6 anos
2.137	60	5	6 a 9 anos

Dentre as quase 300.000 guias de ICM existentes nos Arquivos da Secretaria da Fazenda, a Assessoria Financeira, em levanta

mento procedido por amostragem, estimou em aproximadamente 50.000 o número de estabelecimentos do Setor Terciário que recolhem ICM.

Com base nos mesmos princípios anteriormente adotados para o setor secundário, chega-se à distribuição por volume, no setor, como segue: (13)

<u>Nº Empresas</u>	<u>%</u>	<u>% s/Vendas</u>	<u>Tempo médio</u>
50.000	100,00	100	-
50	0,1	30	1 ano
1.000	2,0	35	1 a 3 anos
7.500	15,0	20	3 a 6 anos
15.000	30,0	10	6 a 9 anos
26.450	52,9	5	-

Pelos valores de ICM do setor secundário e dos índices de aproveitamento do total do ICM constante da Tabela nº 6 foi composta a Tabela nº 7 que fornece o valor dos Incentivos Fiscais referente ao Setor Secundário:

(13) Sabe-se, todavia, que esta distribuição é menos representativa do que a encontrada para o setor secundário, devido ao maior número de estabelecimento neste setor, bem como seu reduzido volume de vendas. Estimam os Técnicos da Secretaria que no Ramo Comércio existem em média 40% de sonegação no recolhimento do ICM devido.

Tabela nº 7 - CONTRIBUIÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO PARA OS INCENTIVOS FISCAIS

Valores correntes			Cr\$ mil
ANO	ICM DO SETOR	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO REAL	INCENTIVO FISCAL DO SETOR SECUNDÁRIO
1969	172.576	4,7	8.111
1970	217.025	7,7	16.711
1971	268.351	8,4	22.541
1972	373.567	8,6	32.126
1973	556.843	8,5	47.332
1974	756.600	8,9	67.337
1975	1.097.070	8,5	93.251
1976	1.470.074	8,5	124.956
1977	1.911.116	8,5	162.445

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Pode-se, finalmente, apresentar a Tabela nº 8, com a real disponibilidade de recursos dos Incentivos Fiscais para o Setor Secundário, calculada pela distribuição dos Incentivos Fiscais deste setor, de acordo com o tempo médio estimado para obtenção do limite de opção.

Tabela nº 8 - DISPONIBILIDADE REAL DE RECURSOS NO SETOR SECUNDÁRIO

ANO	Valores correntes		1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	Cr\$ mil	
	INCENT. FISCAL	SECUND.										RECURSOS EXTRA - PLANO	
1969	8.111	3.650	1.216	1.217	541	541	541	541	135	135	135	-	
1970	16.711	-	7.520	2.507	2.507	2.507	1.114	1.114	1.114	278	278	279	
1971	22.541	-	-	10.143	3.381	3.381	3.381	1.502	1.502	1.502	376	754	
1972	32.126	-	-	-	14.502	4.834	4.834	2.148	2.148	2.148	2.148	1.512	
1973	47.332	-	-	-	-	21.299	7.100	7.100	7.100	3.155	3.155	5.523	
1974	67.337	-	-	-	-	-	30.302	10.100	10.100	10.100	4.489	12.346	
1975	93.251	-	-	-	-	-	-	41.963	13.988	13.988	13.988	23.312	
1976	124.956	-	-	-	-	-	-	-	56.230	18.743	18.743	49.983	
1977	162.445	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.102	89.343	
TOTAL	574.810	3.650	8.736	13.867	20.931	31.169	45.393	64.062	87.536	116.414	183.052		

Fonte: Secretaria da Fazenda, elaborados pelo Autor.

Da mesma forma, foi composta a Tabela 9, com os valores dos Incentivos Fiscais para o Setor Terciário:

Tabela nº 9 - CONTRIBUIÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO PARA OS INCENTIVOS FISCAIS

Valores correntes			Cr\$ mil
ANO	ICM DO SETOR	ÍNDICE DE APROVEI- TAMENTO REAL	INCENTIVO FISCAL DO SETOR TERCIÁRIO
1969	92.925	4,7	4.367
1970	116.860	7,7	8.998
1971	144.497	8,4	12.138
1972	201.152	8,6	17.299
1973	286.860	8,5	24.383
1974	407.400	8,9	36.259
1975	590.730	8,5	50.212
1976	791.578	8,5	67.284
1977	1.029.062	8,5	87.470

Fonte: S.f., elaborados pelo Autor.

Pôde-se igualmente, apresentar a Tabela nº 10, com a real disponibilidade de recursos dos Incentivos Fiscais deste setor, de acordo com o tempo médio estimado para obtenção do limite de opção.

Tabela nº 10 - DISPONIBILIDADE REAL DE RECURSOS NO SETOR TERCIÁRIO

Valores correntes		Cr\$ mil									
ANO	INCENT. FISCAL TERCIÁRIO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	RECURSOS EXTRA - PLANO
1969	4.367	1.310	764	764	291	291	291	146	146	146	218
1970	8.998	-	2.698	1.575	1.575	600	600	600	300	300	750
1971	12.138	-	-	3.641	2.124	2.124	809	809	809	405	1.417
1972	17.299	-	-	-	5.190	3.027	3.027	1.153	1.153	1.153	2.596
1973	24.383	-	-	-	-	7.315	4.267	4.267	1.625	1.625	5.284
1974	36.259	-	-	-	-	-	10.878	6.345	6.345	2.417	10.274
1975	50.212	-	-	-	-	-	-	15.064	8.787	8.787	17.574
1976	67.284	-	-	-	-	-	-	-	20.185	11.775	35.324
1977	87.470	-	-	-	-	-	-	-	-	26.241	61.229
TOTAL	308.410	1.310	3.462	5.980	9.180	13.357	19.872	28.384	39.350	52.849	134.666

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Em resumo, a Tabela 11, apresenta a real disponibilidade de recursos dos Incentivos Fiscais do ICM:

Tabela nº 11 - DISPONIBILIDADE REAL DOS RECURSOS

Valores correntes				Cr\$ mil
ANO	INCENTIVO FISCAL SECUNDÁRIO	INCENTIVO FISCAL TERCIÁRIO	INCENTIVO FISCAL TOTAL	CUMULATIVO
1969	3.650	1.310	4.960	4.960
1970	8.736	3.462	12.198	17.158
1971	13.867	5.980	19.847	37.005
1972	20.931	9.180	30.111	67.116
1973	31.169	13.357	44.526	111.642
1974	45.393	19.872	65.265	176.907
1975	64.062	28.384	92.446	269.353
1976	87.536	39.350	126.886	396.239
1977	116.414	52.849	169.263	565.502
TOTAL	391.758	173.744	565.502	565.502

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

A demonstração acima possibilita a conclusão de que os Cr\$ 1,05 bilhões de cruzeiros que idealmente estariam disponíveis para a promoção do desenvolvimento industrial, no período 1969/1977, se reduzem, aparentemente, a Cr\$ 883,22 milhões e, na realidade, a apenas Cr\$ 565,50 milhões, conforme a Tabela Resumo, a seguir:

Tabela nº 12 - RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DOS RECURSOS

Valores correntes			Cr\$ mil
ANO	CASO IDEAL	CASO APARENTE	CASO REAL
1969	26.550	12.478	4.960
1970	33.388	25.709	12.198
1971	41.285	34.679	19.847
1972	57.472	49.425	30.111
1973	84.370	71.715	44.526
1974	116.400	103.596	65.265
1975	168.780	143.463	92.446
1976	226.165	192.240	126.886
1977	294.018	249.915	169.263
TOTAL	1.048.428	883.220	565.502

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

A diferença de Cr\$ 317.718 milhões, da disponibilidade aparente para a disponibilidade real, se deve, fundamentalmente, à defasagem de tempo entre o depósito bancário procedido pela empresa devedora do ICM e a sua utilização efetiva para a aquisição das ações incentivadas.

2.2. Aplicação dos recursos

Entende-se por aplicações dos Recursos dos Incentivos Fiscais do I.C.M., a utilização destes numerários no fortalecimento da estrutura financeira das indústrias, para o Desenvolvimento Econômico Catarinense.

2.2.1. Aplicação ideal

A Tabela nº 13, abaixo, traduz a aplicação dos recursos, considerada ideal, dentro do espírito e disposições do Governo Estadual de promover este desenvolvimento, abdicando de 10% da sua receita do ICM, como incentivo à industrialização catarinense.

Tabela nº 13 - APLICAÇÃO IDEAL DOS RECURSOS

Valores correntes		Cr\$ mil
ANO	NO PERÍODO	CUMULATIVO
1969	26.550	26.550
1970	33.388	59.938
1971	41.285	101.223
1972	57.472	158.695
1973	84.370	243.065
1974	116.400	359.465
1975	168.780	528.245
1976	226.165	754.410
1977	294.018	1.048.428

2.2.2. Aplicação aparente dos recursos

Considera-se aplicação aparente dos recursos do FUNDESC/INCENTIVOS, os valores comprometidos com os 52 projetos já aprovados pelo Conselho Administrativo do FUNDESC, no valor global de Cr\$ 448.942.000,00 e os 4 (quatro) projetos em análise (14), no montante de Cr\$ 33.650.000,00, totalizando Cr\$ 482.592.000,00.

A Tabela nº 14 nos fornece discriminadamente estes valores com dados fornecidos pela Secretaria Executiva do FUNDESC.

Valores correntes											Cr\$ mil
PROJETOS	EXECUTADO					PREVISTO					TOTAL
	1970	1971	1972	1973	1974	1974	1975	1976	1977		
PROJETOS APROVADOS											
1. Cecrisa	4.000	-	1.800	-	-	-	-	-	-	-	5.800
2. Sadia Avícola S.A.	-	1.786	4.556	-	-	-	-	-	-	-	6.342
3. Sadia Avícola S.A. (1)	-	-	800	1.200	1.600	400	-	-	-	-	4.000
4. Equipessa do Sul S.A.	438	1.550	512	-	-	-	-	-	-	-	2.500
5. Ebrasa S.A.	689	1.721	1.054	-	-	-	-	-	-	-	3.464
6. Ebrasa S.A. (1)	-	-	-	-	1.925	3.745	-	-	-	-	5.670
7. Incocesa S.A.	-	1.500	3.500	4.000	1.000	-	-	-	-	-	10.000
8. Lactoplasa	-	467	1.658	335	-	-	-	-	-	-	2.460
9. Lactoplasa (1)	-	-	-	-	1.030	223	-	-	-	-	1.253
10. Ceval	-	-	2.701	3.272	3.326	3.001	7.000	-	-	-	19.300
11. Krinnberg (2)	-	765	1.335	-	-	-	-	-	-	-	2.100
12. Krinnberg (2)	-	-	-	-	-	5.700	1.800	-	-	-	7.500
13. Textilplast S.A.	-	397	800	762	-	-	-	-	-	-	1.959
14. Incobrasa	-	-	800	3.900	4.200	1.600	-	-	-	-	10.500
15. Embraco	-	-	1.000	10.121	4.784	8.475	-	-	-	-	24.380
16. Extrafino	-	-	1.712	4.313	2.485	1.490	-	-	-	-	10.000
17. Plamenau	501	173	270	244	-	1.712	-	-	-	-	2.900
18. Frigoaves	-	-	313	1.688	615	2.734	300	-	-	-	5.650
19. Hansen Máq. e Equip.	-	-	-	600	1.250	3.200	807	-	-	-	5.857
20. Glopress-Art.Educac.	-	-	-	400	-	2.400	-	-	-	-	2.800
21. Comfio	-	-	-	2.000	3.500	7.500	1.500	-	-	-	14.500
22. Seára Avícola Xanxerê	-	-	-	175	-	3.025	-	-	-	-	3.200
23. Ematic Catarinense	-	-	-	-	145	1.855	-	-	-	-	2.000

PROJETOS	EXECUTADOS						PREVISTO				TOTAL
	1970	1971	1972	1973	1974	1974	1974	1975	1976	1977	
24. Ciana Exportação	-	-	-	-	-	-	1.831	499	-	-	2.330
25. Síntese	-	-	-	-	-	-	6.800	2.200	-	-	9.000
26. Ind. Aliment. Pirati	-	-	-	376	-	-	1.124	-	-	-	1.500
27. Celucat Arts. Gráficos	-	-	-	-	830	-	4.200	970	-	-	6.000
28. Coop. Central Oeste	337	540	838	993	-	-	-	-	-	-	2.708
29. Coop. Central Sul Catse.	71	162	196	186	302	-	1.070	560	-	-	2.547
30. Coop. Central Agrio.Vale	-	-	459	80	431	-	984	872	-	-	2.827
31 Coop. Meio Oeste Cat.	-	-	-	-	-	-	3.400	843	213	-	4.456
32. Enbral	-	-	-	-	-	-	3.000	-	-	-	3.000
33. Perdigão Rações S.A.	-	-	-	-	2.000	-	5.000	8.000	-	-	15.000
34. Perfilados Tupi S.A.	-	-	-	-	-	-	4.986	4.594	-	-	9.500
35. Seára Avícola (1)	-	-	-	-	-	-	2.250	5.950	800	-	9.000
36. Inoôbrasa (1)	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	-	-	6.000
37. Princesa do Sul	-	-	-	-	-	-	4.959	11.039	7.190	1.813	25.000
38. Sadia Avícola (1)	-	-	-	-	-	-	1.000	4.000	-	-	5.000
39. Krinnberg Alimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.473	-	2.473
40. Embasul Embalagens	-	-	-	-	-	-	2.000	-	-	-	2.000
41. Alumínio do Sul	-	-	-	-	-	-	8.500	16.500	-	-	25.000
42. Roxsol	-	-	-	-	-	-	2.900	4.200	1.400	-	8.500
43. Álamo Prensados	-	-	-	-	-	-	2.000	9.000	-	-	11.000
44. Cia.Catse.Óleos Essenciais..	-	-	-	-	-	-	7.463	8.896	4.476	-	20.835
45. Refriplast	-	-	-	-	-	-	2.271	14.129	-	-	16.400
46. Refinadora Catse.	-	-	-	-	-	-	3.000	7.000	-	-	10.000
47. Inebrasa	-	-	-	-	-	-	2.000	8.000	-	-	10.000
48. Têxtil Arp S.A.	-	-	-	-	-	-	1.711	2.789	-	-	4.500

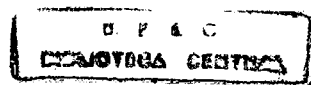
PROJETOS	EXECUTADOS					PREVISTO				TOTAL
	1970	1971	1972	1973	1974	1974	1975	1976	1977	
49. Fiovale	-	-	-	-	-	4.660	12.150	390	-	17.200
50. Confecções Renaux	-	-	-	-	-	2.500	5.000	-	-	7.500
51. Fiação Renaux	-	-	-	-	-	7.100	13.500	15.400	-	36.000
52. Inplac	-	-	-	-	-	1.568	3.008	-	-	4.576
TOTAL APROVADO	6.036	9.061	24.304	34.644	29.423	140.137	158.106	32.342	1.813	435.866
TAXA APLICAÇÃO	186	280	752	1.071	910	4.204	4.743	970	54	13.076
EM ANÁLISE										
1. Incocesa	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-	20.000
2. Color	-	-	-	-	-	-	4.000	4.500	-	8.500
3. Image	-	-	-	-	-	-	1.000	1.650	-	2.650
4. Confecções Alice	-	-	-	-	-	-	1.000	1.500	-	2.500
TOTAL GERAL	6.222	9.341	25.056	35.715	30.333	144.341	178.849	50.962	1.867	482.592

(1) Uma suplementação ou ampliação.

(2) Duas suplementações e/ou ampliações.

E de se consignar que:

- 1) Os valores constantes da Tabela 1 são estimados e, por conseguinte, passíveis de variações;
- 2) Aqueles da Tabela 2 são compromissados.



2.2.3. Aplicação real

A Tabela nº 15 representa as necessidades de correção dos valores de Incentivos Fiscais nos projetos industriais aprovados, com base nas suplementações autorizadas. Esta correção vem sendo necessária devido aos seguintes motivos:

- a) A atual sistemática de análise dos projetos industriais pelo FUNDESC/INCENTIVOS FISCAIS não prevê qualquer critério como contra-partida do efeito inflacionário ocorrido durante a implantação destes projetos;
- b) As possíveis equivocações técnicas na quantificação dos recursos durante a análise (necessidades de substituição de equipamentos e/ou ampliações da capacidade de produção, motivadas por alterações mercadológicas ou lotes econômicos).

Tabela nº 15 - CORREÇÃO DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS

Valores correntes				Cr\$ mil
ANO	VALOR DOS PROJETOS	VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO	$\% = \frac{\text{SUPLEMENTAÇÃO}}{\text{VALOR PROJETOS}}$	PREÇO DE:
1969	-	-	-	-
1970	26.261	18.716	71	31/06/70
1971	86.349	16.200	30	31/06/71
1972	-	-	-	-
1973	62.725	-	-	31/06/73
1974	223.011	-	-	31/12/73
TOTAL	398.346 (1)	-	-	-

(1) Valor de compromissos novos, consequentemente difere do total comprometido.

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Como se pode observar, somente os projetos aprovados em 70 e 71 sofreram, até o presente momento, necessidade de suplementação.

Justifica-se tal fato, devido a serem estes os únicos que já estão concluídos ou encontram-se em fase final de conclusão. O percentual para 1970 é superior ao de 1971, em razão dos projetos aprovados em 1970 estarem todos concluídos, o que não acontece com os referentes a 1971.

Pode-se, então, confeccionar a Tabela nº 16, com a aplicação real dos recursos, utilizando o percentual médio de 50% sobre os valores aprovados em 1973 e 1974, distribuídos ao longo dos anos 75/76/77, prazo em que deverão estar todos os projetos implantados.

Outrossim, devemos lembrar que é norma geral no FUNDESC/INCENTIVOS a aprovação de suplementações, somente após terem as empresas concluído seu processo de captação.

Na elaboração da Tabela nº 16 foram considerados em média 2 anos para as empresas receptoras captar e aplicar os recursos aprovados.

Tabela nº 16 - APLICAÇÃO REAL DOS RECURSOS

Valores correntes		Cr\$ mil
ANO	APLICAÇÃO APARENTE	APLICAÇÃO REAL
1970	6.222	6.222
1971	9.341	9.341
1972	25.056	25.056
1973	35.715	35.715
1974	144.341	144.341
1975	178.849	210.211
1976	50.962	123.439
1977	1.867	85.495
TOTAL	482.592	639.820

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Quanto às aplicações, conclue-se então que embora a administração dos Incentivos Fiscais esteja prevendo um total de Cr\$ 483 milhões, elas deverão ser, na realidade Cr\$ 640 milhões, ao incluir as novas suplementações que se farão necessárias.

Para o desenvolvimento industrial catarinense, essas aplicações poderiam chegar idealmente, com os 10% do ICM, a Cr\$ 1,05 bilhões.

Tabela nº 17 - RESUMO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Valores correntes			Cr\$ mi
ANO	CASO IDEAL	CASO APARENTE	CASO REAL
1969	26.550	6.222	6.222
1970	33.388	9.341	9.341
1971	41.285	25.056	25.056
1972	57.472	35.715	35.715
1973	84.370	30.333	30.333
1974	116.400	174.341	174.341
1975	168.780	178.849	210.211
1976	226.165	50.962	123.439
1977	294.018	1.867	85.495
TOTAL	1.048.428	482.592	639.820

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

2.3. Fluxo de caixa

As confrontações das entradas e saídas de recursos fornecem os resultados financeiros esperados.

2.3.1. Fluxo de Caixa Ideal

Confronta as disponibilidades e aplicações ideais de recursos:

Tabela nº 18 - FLUXO DE CAIXA IDEAL

Valores correntes					Cr\$ mil
ANO	FONTES		USOS		SUPERÁVIT OU DÉFICIT
	NO PERÍODO	CUMULATIVO	NO PERÍODO	CUMULATIVO	
1969	26.550	26.550	26.550	26.550	0
1970	33.388	59.938	33.388	59.938	0
1971	41.285	101.223	41.285	101.223	0
1972	57.472	158.695	57.472	158.695	0
1973	84.370	243.065	84.370	243.065	0
1974	116.400	359.465	116.400	359.465	0
1975	168.780	528.245	168.780	528.245	0
1976	226.165	754.410	226.165	754.410	0
1977	294.018	1.048.428	294.018	1.048.428	0

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor

Embora o fluxo acima, onde as utilizações estão de acordo com as disponibilidades pareça uma utopia, na verdade, se houvesse a disponibilidade desses recursos e se fossem aplicadas em projetos novos e no fortalecimento das empresas já estabelecidas, podendo ser elas, inclusive, de Economia Mista, quando os efeitos sobre a Economia fosse relevantes ao Desenvolvimento Industrial do Estado, ou quando estivessem ameaçados da não realização de importantes expansões, motivadas pela simples falta de Garantias Reais (Exigência do Banco Central, cumprida pelos Órgãos Financeiros do Desenvolvimento em nosso Estado - BESEC, BRDE), te certeza de sua plena e importante realização.

2.3.2. Fluxo de Caixa Aparente

Confronta as entradas e as saídas aparentes de recursos. É o caso que, provavelmente, vem sendo tomado como real pelos membros do C.A. do FUNDESC para comprometimento das recursos dos INCENTIVOS/FUNDESC.

Tabela nº 19 - FLUXO DE CAIXA APARENTE

Valores correntes					Cr\$ mil	
ANOS	FONTES		USOS		SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
	RECURSOS DO FUNDESC		RECURSOS COMPROMETIDOS			
	NO PERÍODO	CUMULATIVO	NO PERÍODO	CUMULATIVO		
31/12/69	12.478	12.478	-	-	-	
31/12/70	25.709	38.187	6.222	6.222	+	31.965
31/12/71	34.679	72.866	9.341	15.563	+	57.303
31/12/72	49.425	122.291	25.055	40.618	+	81.673
31/12/73	71.715	194.006	35.716	76.334	+	117.672
31/08/74(1)	69.088	263.094	30.335	106.669	+	156.425
31/12/74	34.508	297.602	144.341	251.010	+	46.592
31/12/75	143.463	441.065	178.849	429.859	+	11.206
31/12/76	192.240	633.305	50.962	480.821	+	152.484
31/12/77	249.915	883.220	1.867	482.689	+	400.531

(1) Valores realizados até esta data.

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

O fluxo acima espelha, em cada ano, os recursos que o FUNDESC/INCENTIVOS FISCAIS possui em Conta Bancária no BESC, embora não estejam liberados para aplicações.

2.3.3. Fluxo de Caixa Real

Confronta as disponibilidades e aplicações reais de recursos.

Este fluxo, segundo as demonstrações a seguir, confirmadas pela prática, é o mais próximo da realidade, ou seja, aquele que espelha as quantidades de recursos à disposição dos beneficiários do Sistema de Incentivos Fiscais.

Tabela nº 20 - FLUXO DE CAIXA REAL

Valores correntes					Cr\$ mil
ANO	FONTES		USOS		SUPERÁVIT OU DÉFICIT
	NO PERÍODO	CUMULATIVO	NO PERÍODO	CUMULATIVO	
1969	4.960	4.960	-	-	4.960
1970	12.198	17.158	6.222	6.222	10.936
1971	19.847	37.005	9.341	15.563	21.442
1972	30.111	67.116	25.056	40.619	26.497
1973	44.526	111.642	35.715	76.334	35.308
1974	65.265	176.907	174.341	220.675	(43.768)
1975	92.446	269.353	210.211	430.886	(161.533)
1976	126.886	395.239	123.439	554.325	(159.088)
1977	169.263	565.502	85.495	639.820	(74.318)

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Como se pode observar, o Real Saldo dos Incentivos Fiscais é deficitário entre 1974 e 1977, devendo continuar deficitário nos anos seguintes. Isto vem demonstrar a urgente necessidade de se modificar o sistema, antes que entre em colapso, significando empresas industriais não concluídas.

Ao invés do equilíbrio financeiro possibilitado por disponibilidades e aplicações ideais de recursos, ao invés dos saldos positivos durante todo o período, apresentam-se saldos deficitários, porque as decisões de financiamentos são tomadas sobre números que refletem uma realidade aparente, e levam, portanto, a uma expectativa de menor disponibilidade de recursos do que a real, confrontadas as aplicações subdimensionadas.

2.3.4. Fluxo de Caixa Proposto

Uma forma de equacionar financeiramente o Sistema de Incentivos Fiscais do ICM seria a modificação urgente de sua sistemática, possibilitando a utilização imediata dos recursos nos anos de 1975/1977. Essa medida viria a proporcionar um resultado positivo no menor espaço de tempo possível, sem que se necessitasse alterar o percentual de 10% do ICM.

O fluxo abaixo confronta a Disponibilidade Real até 1974 e ideal a partir daí até 1977, com as aplicações Reais.

Tabela nº 21 - FLUXO DE CAIXA PROPOSTO

Valores correntes					Cr\$ mil
ANO	FONTES		USOS		SUPERÁVIT OU DÉFICIT
	NO PERÍODO	CUMULATIVO	NO PERÍODO	CUMULATIVO	
1969	4.960	4.960	-	-	4.960
1970	12.198	17.158	6.222	6.222	10.936
1971	19.847	37.005	9.341	15.563	21.442
1972	30.111	67.116	25.056	40.619	26.947
1973	44.526	111.642	35.715	76.334	35.308
1974	65.265	176.907	144.341	220.675	(43.768)
1975 (1)	289.558	466.465	210.211	430.886	35.579
1976	226.105	692.570	123.439	554.325	138.245
1977	294.018	968.588	85.495	639.820	346.768

(1) O resultado apresentado para 1975 se refere ao produto de 10% do ICM previsto, igual a Cr\$ 168.780.000,00, acrescido de Cr\$ 120.778.000,00 dos anos de 1974/73/72/71/70/69, que não atingiram o limite de opção naquele período.

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

O empresário decidiu pela não opção dos Incentivos Fiscais do ICM, pois observou que essa opção implicava em pagamento adicional de Cr\$ 8.795,00 de Imposto de Renda e Dividendos Suplementares de Cr\$ 2.295,00 (Política de dividendos da Empresa: 12% s/Lucro Líquido) e que reduziria seu benefício aparente de Cr\$ 27.317,00 para Cr\$ 16.827,00. Mesmo assim, pôs em dúvida a validade desse benefício, cujos efeitos financeiros para a Empresa se dariam somente após o prazo mínimo de 8,5 anos.

O empresário observou que o pagamento do Imposto de Renda e dos Dividendos ocorre no exercício imediatamente posterior ao pagamento do ICM; e o retorno, se verificaria quanto do seguinte somatório:

- a) completas as exigências legais (Cr\$ 5.000,00) em média, 2 anos.
- b) tempo de opção (6 meses).
- c) tempo necessário à implantação da empresa selecionada (3 anos em média).
- d) tempo de maturação (dividendo, bonificação) das ações recebidas (3 anos).

A seguir a Tabela nº 26 traduz o pagamento das empresas catarinenses à Fazenda Nacional, até 1977, do I.R. calculado sobre os Incentivos/FUNDESC.

2.4. Perdas do Poder Aquisitivo da Moeda

Conforme visto, o atual sistema não permite o uso dos recursos nas épocas de suas tranferências para o FUNDESC/INCENTIVOS. Pode-se, com a somatória das Tabelas 8 e 10, montar a Tabela nº 22 a seguir, que traduz as disponibilidades de recursos nas épocas de sua possível utilização.

Tabela nº 22 - INCENTIVOS FISCAIS TOTAIS EM SUAS ÉPOCAS DE UTILIZAÇÃO

ANO	Valores correntes										Cr\$ mil	
	INCENT. FISCAIS TOTAIS	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	RECURSOS EXTRA-PLANO	
1969	12.478	4.960	1.980	1.981	832	832	832	281	281	281	218	
1970	25.709	-	10.218	4.082	4.082	1.714	1.714	1.714	578	578	1.029	
1971	34.679	-	-	13.784	5.505	5.505	2.311	2.311	2.311	781	2.171	
1972	49.425	-	-	-	19.692	7.861	7.861	3.301	3.301	3.301	4.108	
1973	71.715	-	-	-	-	28.614	11.367	11.367	4.780	4.780	10.807	
1974	103.596	-	-	-	-	-	41.180	16.445	16.445	6.906	22.620	
1975	143.463	-	-	-	-	-	-	57.027	22.775	22.775	40.885	
1976	192.240	-	-	-	-	-	-	-	76.415	30.518	85.307	
1977	249.915	-	-	-	-	-	-	-	-	99.343	150.572	
TOTAL	883.220	4.960	12.198	19.847	30.111	44.526	65.265	92.446	126.886	169.263	317.718	

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Observa-se que existe, anualmente, uma disponibilidade real menor do que a aparente, já que a opção para aplicação é transferida para os anos seguintes. Por exemplo, em 1973, deveria ter uma disponibilidade de Cr\$ 71.715 mil, quando dispõe de somente Cr\$ 44.526 mil. Dos incentivos totais do período, Cr\$ 317.718 mil são transferidos extra-plano.

Essa protelação da disponibilidade dos recursos, em uma economia inflacionária, implica necessariamente na perda de seu valor, com prejuízos para o desenvolvimento industrial do Estado, bem como para as empresas financiadas e receptoras do atual sistema. Obviamente que Cr\$ 281,00 aos preços de 1969, aplicados em 1975, não representam o mesmo poder de compra. A empresa que optou pelo regime dos incentivos fiscais em 1969, além de não ter remuneração daquele capital até a presente data, ao aplicar em nova indústria, receberá ações aos preços de 1975. A empresa receptora, se utilizasse os Cr\$ 281,00 em 1969, teria um maior poder aquisitivo, além de gerar lucros durante aquele período.

Para poder medir a totalidade das perdas ocasionadas pela desvalorização dos recursos, entre sua captação e aplicação, foi corrigida a Tabela anterior, usando-se como deflator os índices de variação das O.R.T.N., chegando-se à Tabela nº 23:

Tabela nº 23 - PERDAS DEVIDAS A VARIAÇÃO DO PODER AQUISITIVO DA MOEDA

Valores correntes												Cr\$ mil
ANOS	DISPONIBILIDADE REAL		1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	
	PREÇOS CORREN- TES	PREÇOS DEFLACIO- NADOS										
1969	12.260	9.571	4.960	1.675	1.521	487	427	307	79	63	52	
1970	24.680	19.393	-	10.218	3.714	2.824	1.040	749	567	153	128	
1971	32.510	24.456	-	-	13.784	4.187	3.672	1.110	841	672	190	
1972	45.317	35.486	-	-	-	19.740	6.901	4.956	1.577	1.261	1.051	
1973	60.907	46.826	-	-	-	-	28.614	8.186	6.201	2.086	1.739	
1974	80.976	67.094	-	-	-	-	-	41.180	12.459	9.967	3.488	
1975	102.577	90.431	-	-	-	-	-	-	57.027	18.220	15.184	
1976	106.933	101.847	-	-	-	-	-	-	-	76.415	25.432	
1977	99.342	99.342	-	-	-	-	-	-	-	-	99.342	
TOTAL	565.502	494.446	4.960	11.893	19.019	27.238	40.654	56.488	78.751	108.837	146.606	
VALOR DAS ORTN	-	-	38,48	45,50	54,01	65,75	74,97	104,10	137,41(1)	171,76(1)	206,11(1)	

(1) Os valores das ORTN para 1975/76/77 foram tomados nas mesmas projeções utilizadas para projetar o ICM.
Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

O que se poder observar na Tabela, é que os Cr\$ 12.478 mil de 1969 distribuídos durante o período, tiveram sobre a industrialização um efeito igual a somente Cr\$ 9.571 mil aos preços do mesmo ano, e assim sucessivamente. Os Cr\$ 281,000 de 1969 aplicados em 1975, se reduzem ao valor real de Cr\$ 79,00. Na totalidade, os Cr\$ 565.502 mil do período considerado se reduziram a Cr\$ 494.446 mil, ou seja, houve perdas totais de Cr\$ 71.056 mil, a preços correntes, equivalente a Cr\$ 82.994 mil, a preços de 1974.

A Tabela nº 24 apresenta as perdas por ano, dentro do plano considerado.

Tabela nº 24 - PERDAS ANUAIS DEVIDAS A VARIAÇÃO DO PODER AQUISITIVO DA MOEDA

ANO	Valores correntes				Cr\$ mil	
	INCENTIVO FISCAL DISPONIBILIDADE APARENTE (1)	INCENTIVO FISCAL EXTRA-PLANO (2)	INCENTIVO FISCAL DISPONIB. REAL 1-2 = 3	INCENTIVO FISCAL DISPONIB. REAL (4) (*)	PERDAS POR PERÍODO 3-4 = 5	PERDAS DISPONIBILIDADE REAL (%)
1969	12.478	218	12.260	9.571	2.689	22
1970	25.709	1.029	24.680	19.393	5.287	22
1971	34.679	2.171	32.508	24.456	8.052	25
1972	49.425	4.108	45.317	35.486	9.831	22
1973	71.715	10.807	60.908	46.826	14.082	23
1974	103.596	22.620	80.976	67.094	13.882	17
1975	143.463	40.886	102.577	90.431	12.146	12
1976	192.240	85.307	106.933	101.847	5.086	5
1977	249.915	150.572	99.343	99.343	-	-
TOTAL	883.220	317.718	565.502	494.447	71.055	-

(*) A época de sua utilização.

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

O percentual de perdas sobre a disponibilidade real se manteve em torno de 22% até 1973. Nos anos seguintes, este percentual baixou, devido especialmente ao maior volume de recursos extra-plano.

Vale salientar que este percentual de perdas é devido exclusivamente à utilização dos recursos em épocas diferentes daquelas em que foram destinados.

2.5. Custos Extra-Sistema

Dois outros custos vem contribuindo ainda para debilitar o atual sistema de Incentivos Fiscais do ICM. São eles: OS CUSTOS DE CAPTAÇÃO e AS TAXAÇÕES EXTRA DO IMPOSTO DE RENDA para as empresas financiadoras.

2.5.1. Custos de Captação

Nos primeiros anos do Sistema, quando a demanda de recursos era inferior à oferta, os custos advindos da captação eram relativamente pequenos. Hoje, porém, muito comumente se comenta que determinadas firmas oferecem até 10% para quem realizar tais captações.

Mas se considerar-se apenas o custo oficial de 5% pode-se montar a Tabela nº 25.

Tabela nº 25 - CUSTOS RELATIVOS À CAPTAÇÃO

Valores correntes						Cr\$ mil
ANO	COMPROMETIMENTOS			DISPONIBILIDADES		
	RECURSOS COMPROMETIDOS	TAXA %	CUSTO DA CAPTAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS	TAXA %	CUSTO DA CAPTAÇÃO
1969	-	-	-	4.960	5	248
1970	6.222	5	311	12.198	5	610
1971	9.341	5	467	19.847	5	992
1972	25.056	5	1.253	30.111	5	1.508
1973	35.715	5	1.786	44.526	5	2.226
1974	144.341	5	7.217	65.265	5	3.263
1975	210.211	5	10.511	92.446	5	4.620
1976	123.439	5	6.172	126.886	5	6.313
1977	85.495	5	4.275	169.263	5	8.463
TOTAL	639.820	5	31.992	565.502	5	28.243

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Para captar para as indústrias recursos já recolhidos aos cofres públicos, está o Governo permitindo custos adicionais de Cr\$ 28,2 milhões de cruzeiros, apenas no período 1969 a 1977.

2.5.2. Taxação extra do Imposto de renda

Outras perdas substanciais para o setor industrial e para a economia catarinense resultam da taxaço extra do Imposto de Renda ocasionada pelo atual sistema de Incentivos Fiscais do I.C.M.

Como demonstração prática do que acabamos de afirmar, segue o balanço de uma empresa catarinense que, ao encerrar em 1973 o seu primeiro balanço, dentro das exigências legais do Banco Central, estava por decidir-se sobre se deveria ou não optar pelos Incentivos Fiscais do FUNDESC, em função da sua repercussão na situação financeira desta empresa.

- EMPRESA CATARINENSE INICIADA EM 01/01/1973ATIVO1. DISPONÍVEL

Caixa	3.500,00	
Bancos	<u>35.976,18</u>	39.476,18

2. REALIZ.A CURTO PRAZO2.1. ESTOQUES

Matéria-prima	414.625,00	
Material secundário	110.324,00	
Prods. em elaboração	96.727,10	
Prods. prontos	<u>109.423,00</u>	731.009,10

2.2. CRÉDITOS

Duplicatas a receber	285.945,20	
(-) Títulos descontados ...	112.442,00	
(-) Prev.p/devedores duvid.	<u>8.578,35</u>	164.924,85

2.3. OUTROS CRÉDITOS

Títulos a receber	52.678,00	
Devedores diversos	<u>14.700,00</u>	<u>67.378,00</u> 963.401,95

3. REALIZ.A LONGO PRAZO

Devedores diversos	19.114,00	
Outros	<u>23.006,47</u>	42.120,47

4. IMOBILIZADO4.1. TÉCNICAS

Terrenos e benfeitorias ...	630.000,00	
Máquinas e equipamentos ...	399.594,00	
Instalações	77.425,00	
Ferramentas	42.000,00	
Veículos	147.200,00	
Móveis e utensílios	96.300,00	
(-) Provisão p/depreciação	<u>132.142,00</u>	1.250.367,00

4.2. FINANCEIRAS

Part.em outras empresas ..	64.355,00	
Participações em subsidiár	131.428,00	
Incentivos FUNDESC	27.317,00	
Outros Incentivos	<u>58.729,00</u>	<u>281.829,00</u> 1.532.196,00

5. PENDENTE

Despesas diferidas	122.000,00	
Outras	<u>54.500,00</u>	<u>176.500,00</u> 2.753.694,60

6. <u>COMPENSADO</u>		571.422,50
----------------------------	--	------------

PASSIVO7. EXIG. A CURTO PRAZO

Prov. p/I. de renda	480.877,00	
Fornecedores	119.628,00	
Bancos diversos	94.435,00	
Empr. industriais	26.233,10	
Impostos a recolher	75.412,00	
Previd.social a recolher ...	45.643,00	
Outros credores	89.419,70	
Dividendos a pagar	<u>134.646,00</u>	1.066.293,80

8. EXIG. A LONGO PRAZO

Títulos a pagar	52.716,80	
Bancos diversos	11.322,00	
Empr. industriais	117.923,00	
Diretores e acionistas	55.620,00	
Outros credores	<u>12.417,00</u>	<u>249.998,80</u> 1.316.292,60

9. NÃO EXIGÍVEL

Capital	450.000,00	
Reserva legal	56.102,00	
Reserva estatutária	224.410,00	
Lucro em suspenso	<u>706.890,00</u>	<u>1.437.402,00</u>
		<u>2.753.694,60</u>

10. COMPENSADO

571.422,50

BALANÇO DE RESULTADOS COM OPÇÃO

Custos dos produtos vendidos	7.100.000,00	Receita operacional	11.067.750,00
Desp.c/vendas (ICM=100%=273.170,00).	700.000,00	Receita extraordinária	25.000,00
(-) Inc.Fiscais (10% = 27.317,00) ..	27.317,00		
Gastos gerais	1.500.000,00		
Depreciações e amortizações	132.142,00		
Despesas não operacionais	85.000,00		
Lucro antes do Imposto de Renda	1.602.925,00		
Provisão para Imposto de Renda	480.877,00		
Lucro após o Imposto de Renda	1.122.048,00		
<u>RESULTADO A DISTRIBUIR</u>			
- Dividendos pagar (12%)	134.646,00		
- Reserva legal (5%)	56.102,00		
- Reserva estatutária(20%) ..	224.410,00		
- Lucro em suspenso	706.890,00		
	11.092.750,00		11.092.750,00

LANÇAMENTOS CONTÁBEIS COM RELAÇÃO AO FUNDESC COM OPÇÃO

Débito = Conta Patrimonial = Incentivos FUNDESC 10%	Cr\$ 27.317,00
Débito = Conta de Despesas = I.C.M. 90%	Cr\$ 245.853,00
Crédito = Conta Patrimonial = Caixa ou Bancos	Cr\$ 273.170,00

LANÇAMENTOS CONTÁBEIS COM RELAÇÃO AO FUNDESC SEM OPÇÃO

Débito = Conta de Despesas = ICM = 100%	Cr\$ 273.170,00
Crédito = Conta Patrimonial = Caixa ou Bancos	Cr\$ 273.170,00

Montagem do Sr. CARLOS ALFREDO MEDEIROS LOEBLEIN

Contador - CRCSC - 18.567/T

Auditor Independente - CRCSC - 042.

Tabela nº 26 - PAGAMENTO DO I.R. À FAZENDA NACIONAL

Valores correntes			Cr\$ mil
ANO	INCENTIVOS FISCAIS PREVISTOS	IMPOSTO DE RENDA EXTRA A PAGAR	
1969	12.478	3.743	
1970	25.709	7.713	
1971	34.679	10.404	
1972	49.425	14.858	
1973	71.715	21.514	
1974	103.596	31.079	
1975	143.463	43.019	
1976	192.240	57.672	
1977	249.915	74.975	
TOTAL	883.220	264.977	

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

Mais uma vez observa-se a perda de substância dos Incentivos Fiscais do ICM, com a agravante, neste caso, de que os Cr\$ 264.977 representam evasão de recursos do Estado.

2.6. Dispersão de Recursos

Com os valores determinados até o presente momento, pode-se calcular os resultados que o Estado de Santa Catarina vem obtendo com cada Cr\$ 1,00 do ICM de que se priva e injeta no setor secundário, através dos INCENTIVOS FISCAIS do FUNDESC.

A Tabela nº 27, a seguir, espelha o comportamento já mencionado e por período.

Tabela nº 27 - RESULTADO FINANCEIRO GLOBAL

ANO	Valores correntes						Cr\$ mil	
	DISPONIBIL. APARENTE	DISPONIBIL. EXTRA-PLANO	DISPONIBIL. REAL	PERDAS PELA INFLAÇÃO	SAÍDAS POR PAGAMENTO I. RENDA	SAÍDAS POR CUSTO-CAP- TAÇÃO	TAXA APLICAÇÃO (*)	TOTAL PERDAS
1969	12.478	218	12.260	2.689	3.743	248	186	6.866
1970	25.709	1.029	24.680	5.287	7.713	610	280	13.890
1971	34.679	2.171	32.510	8.052	10.404	992	752	20.200
1972	49.425	4.108	45.317	9.831	14.858	1.508	1.071	27.268
1973	71.715	10.807	60.907	14.082	21.514	2.226	910	38.732
1974	103.596	22.620	80.976	13.882	31.079	3.263	4.204	52.428
1975	143.463	40.886	102.577	12.146	43.019	4.620	4.743	64.528
1976	192.240	85.307	106.933	5.086	57.672	6.313	970	70.041
1977	249.915	150.572	99.342	-	74.975	8.463	54	83.492
TOTAL	883.220	317.718	565.502	71.055	264.977	28.243	13.170	377.445

(*) Taxa cobrada pelo FUNDESC dos tomadores de cotas ou ações, a título de ressarcimento dos custos operacionais (Lei nº 4.225, Artigo 6º).

TOTAL DAS PERDAS SOBRE DISPONIBILIDADE REAL = $\frac{377.445}{565.502} = 66,75\%$

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

A disponibilidade real de Cr\$ 565.502.000,00 para a promoção do desenvolvimento catarinense representará em época de sua utilização Cr\$ 494.477.000,00.

Por outro lado, o sistema permite que as empresas sejam descapitalizadas, no mesmo período, em Cr\$ 264.997.000,00, através da evasão de recursos para a Receita Federal (Imposto de Renda), além das perdas de Cr\$ 28.243.000,00 devidas aos custos de captação e dos Cr\$ 13.170.000,00 das taxas de aplicação.

Donde se conclue que, para cada Cr\$ 1,00 que o Estado realmente injeta no setor, o fator residual de utilização é de:

$$\frac{565.502.000 - 377.445.000}{565.502.000} = 0,33, \text{ ou seja, 33 centavos}$$

Com isto, embora o Estado se prive de Cr\$ 883,2 milhões, entre 1969 e 1977, o saldo de recursos com efeitos diretos sobre a industrialização, se resume a Cr\$ 188,00 milhões, naquele mesmo período.

CAPÍTULO III

3. OS EFEITOS DOS INCENTIVOS FISCAIS DO ICM SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO

3.1. Aplicação por Ramo Industrial

Para que os investimentos industriais promovam o desenvolvimento econômico, devem canalizar-se para as empresas do grupo dinâmico, onde são maiores seus efeitos multiplicadores e aceleradores sobre a renda da economia e sobre o emprego. Sobretudo em um Estado com uma estrutura do setor secundário de forte predominância de indústrias tradicionais, o desafio de desenvolvimento consiste na transição dessa realidade, para uma estrutura industrial integrada por empresas dinâmicas.

Da publicação do Cadastro Industrial 1973/74 de Santa Catarina publicado pela FIESC em setembro de 1974 (15), obtém-se as seguintes informações sobre a industrialização no Estado:

- somente 252 empresas possuem mais de 100 operários;
- somente 5 empresas possuem mais de 2.000 operários;
- somente 69 empresas pertencem ao grupo dinâmico;
- somente 23 empresas são mecânico-metalúrgicas;
- somente 16 são de capital aberto.

A síntese da publicação retro-citada encontra-se na Tabela nº 28, a seguir:

(15) FIESC - Cadastro Industrial 1973/74 de Santa Catarina, publ. Editora EDEME, 1974.

Tabela nº 28 - SANTA CATARINA - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADE E POR NÚMERO DE EMPREGADOS

INDÚSTRIAS	Nº DE EMPREGADOS			
	101 a 500	501 a 1000	1001 a 2000	2001 e mais
Minerais não metálicos	18	3	3	-
Metalúrgica	11	3	-	1
Mecânica	9	-	-	-
Mat.elétr. e comunic.	2	1	1	2
Mat. de transporte	3	-	-	-
Madeira	61	3	1	-
Mobiliário	4	-	1	-
Papel e papelão	7	2	1	-
Couros,peles e prod.simpl	3	-	-	-
Química	5	-	-	-
Prod.farmac.e veterin.	1	-	-	-
Perfum.sabões e velas	1	-	-	-
Prod.de mat.plástica	4	-	1	-
Têxtil	29	8	3	2
Vest.calçados e art.tec.	3	1	1	-
Prod.alimentares	31	4	2	-
Bebidas	2	-	-	-
Fumo	2	1	-	-
Edit. e gráfica	3	-	-	-
Diversas	6	2	-	-
TOTAL	205	28	14	5

TOTAL GERAL = 252

Fonte: FIESC - Cadastro Industrial de Santa Catarina, 1974.

Observa-se que 142 das 205 empresas concentram-se nos ramos Madeira, Têxtil e Produtos Alimentares, o que confirma a permanência da tradicional estrutura do parque fabril catarinense.

O que foi feito para modificar esta realidade tão dura?

Foi criado o FUNDESC com os recursos dos Incentivos Fiscais do ICM para promover o desenvolvimento industrial do Estado, nos moldes apresentados nos capítulos anteriores.

E que faz o FUNDESC?

Aprovou 52 projetos de incentivos fiscais no valor total de Cr\$ 482.689.000,00.

A quem?

- A 4 (quatro) Cooperativas Centrais, que por força da Lei têm um retorno obrigatório de 20% do seu ICM pago (Lei nº 4.266, de 13/01/69 e Lei nº 4.631, de 15/10/71);

- A 34 (trinta e quatro) empresas do grupo tradicional, sendo: 29 projetos originais e 5 suplementações ou ampliações dos projetos anteriormente aprovados, assim distribuídos, por setores:

- . 12 indústrias alimentares,
- . 3 indústrias de madeira,
- . 7 indústrias têxteis,
- . 8 indústrias de extração de óleo,
- . 2 indústrias gráficas,
- . 2 indústrias diversas.

- A 14 (quatorze) empresas do grupo dinâmico, sendo:

- . 3 indústrias mecânicas,
- . 2 indústrias de minerais não metálicos (cerâmicas),
- . 4 indústrias de embalagens plásticas,
- . 3 indústrias de material elétrico e de comunicações,
- . 2 indústrias metalúrgicas.

Como se pode observar, os projetos aprovados até o presente momento não têm oferecido muitas modificações no panorama industrial catarinense, pois se continua insistindo em financiar indústrias tradicionais.

3.2. Regionalização

A Lei nº 4.225 previa que o produto do regime dos Incentivos Fiscais deveria ser aplicado na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que viessem a se instalar em municípios incluídos em "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" (Art. 3º).

As "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" seriam constituídas por um ou mais municípios entre si limítrofes, cujo desenvolvimento econômico se processasse em velocidade inferior à do desenvolvimento do Estado (Art. 2º).

O Decreto nº SF-6-69/7.885 regulamentou a instituição das "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", admitindo como pré-definição de zoneamento a divisão micro-regional do Estado fixada pelo Conselho Nacional de Geografia, e aproveitamento dos incentivos fiscais enquanto não definidas aquelas Zonas de Desenvolvimento Prioritário (Art. 2º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º).

Abriu-se assim a exceção, e com ela a regra, já que até hoje nunca foram definidas as Zonas de Desenvolvimento Prioritário. A preocupação com a regionalização de desenvolvimento industrial ficou, portanto, prejudicada, desde o nascedouro. Pelo contrário, as aplicações dos recursos dos Incentivos Fiscais do ICM iriam contribuir para agravar a tendência à concentração territorial da indústria em Santa Catarina.

Tabela nº 29 - SC - CONCENTRAÇÃO TERRITORIAL DA INDÚSTRIA

Em %

MICRO-REGIÃO	VALOR DA PRODUÇÃO				EMPREGOS			
	49	59	65	70	49	59	65	70
3 - AMVI	22,8	26,0	24,4	22,2	24,1	29,0	27,0	24,6
5 - AMUNESC	20,9	22,5	26,5	28,0	17,1	22,6	23,6	24,0
8 - AMMOC	8,6	11,8	12,1	8,3	4,8	8,4	8,4	6,2
11 - AMURES	3,5	7,7	6,1	9,1	3,9	5,8	7,2	7,9
OUTRAS	44,2	32,0	30,9	31,4	50,1	34,2	33,8	37,3

Fonte: Dados primários IBGE, Censo Industrial de 49/59/70
 Registro Industrial
 Elaboração IBAGESC

Do ponto de vista industrial, as micro-regiões 3 e 5 contri-
 buem com 50% da produção do Estado, evidenciando a grande concen-
 tração espacial existente, evidência esta que também se reflete
 no emprego.

Por outro lado, o C.A. do FUNDESC aprovou projetos para es-
 tas mesmas regiões, nos valores de Cr\$ 63.567.000,00 e
 Cr\$ 49.237.000,00, no percentual de 25,9% dos valores totais ,
 quando a grande maioria das regiões em que o "desenvolvimento e-
 conômico se processa em velocidade inferior à de desenvolvimen-
 to do Estado"., pouco benefício tiveram das aplicações dos Incen-
 tivos Fiscais do FUNDESC, em nível inferior à sua participação
 na arrecadação do ICM para o Estado, conforme Tabela nº 30, a
 seguir.

Tabela nº 30 - DISTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS E DO ICM
POR MICRO-REGIÃO

MICRO-REGIÃO	VALORES Cr\$ mil	% SOBRE TOTAL	ICM * -1972 Cr\$ mil	%
1 - GRANPOLIS	60.012	13,8	26.584	5,8
2 - AMFRI	55.934	12,8	13.465	2,9
3 - AMVI	63.567	14,6	86.766	18,9
4 - AMAVI	43.900	10,0	14.347	3,1
5 - AMUNESC	49.237	11,3	108.981	23,7
6 - AMPCA	-	-	18.499	4,0
7 - AMARP	15.000	3,4	25.792	5,6
8 - AMMOC	20.956	4,9	34.252	7,5
9 - AMOSC	30.250	3,0	32.289	7,0
10 - AMEOSC	32.150	7,4	15.891	3,5
11 - AMURES	-	-	44.576	9,7
12 - AMUREL	53.713	12,3	15.965	3,5
13 - AMSESC	11.147	2,6	22.299	4,8
TOTAL	435.866	100,0	459.706	100,0

(*) ICM arrecadado em 1972, exceto parcela municipal.

Fonte: S.F., elaborados pelo Autor.

A rigor, pode-se dizer, dos números expostos, que apenas a GRANPOLIS, AMEOSC, AMAVI e AMUREL teriam se beneficiado com uma política de regionalização industrial.

3.3. Retorno do ICM

O interesse direto do Estado na aplicação dos incentivos fiscais está no retorno do ICM que lhe é proporcionado com o funcionamento de nova indústria.

A totalidade dos projetos aprovados apresenta um prazo médio de 3 anos, após a maturação dos projetos, para que as arrecadações suplementares do ICM retornem aos cofres públicos os recursos dispendidos naqueles empreendimentos.

O exemplo da CECRISA é significativo: recebeu recursos no valor de Cr\$ 5.800.000,00 em 1970 e 1972 e apresentou os seguintes resultados para os quatro exercícios após sua implantação:

<u>ANO</u>	<u>ICM ARRECADADO</u>	<u>FATURAMENTO</u>
1971	617.915,00	6.533.849,90
1972	1.955.212,05	21.818.075,88
1973	5.001.795,74	40.987.717,43
1974 (1)	<u>3.553.141,00</u>	<u>41.391.395,40</u>
TOTAL	11.128.063,15	110.731.038,61

(1) Até agosto.

Obs.: Como se vê, o valor aplicado pelo FUNDESC foi recuperado nos primeiros três anos de operação da empresa

Vale recordar que somente 8 projetos, dos 52 aprovados, encontram-se em funcionamento e que este retorno do ICM está se fazendo de forma bastante morosa, em virtude do atraso que vem se verificando na implantação destas indústrias.

Possivelmente os principais motivos deste atraso têm sido a falta de recursos próprios por parte do grupo empreendedor, a inadequada fiscalização, que não obriga os tomadores ao cumprimento dos cronogramas e a não aplicação da correção monetária sobre os recursos concedidos (ORTN) durante o período que medeia a elaboração do projeto até seu efetivo funcionamento.

Outro fato bastante importante seriam os atrasos na captação dos incentivos fiscais ou mesmo em sua liberação pela máquina administrativo do FUNDESC.

A aceleração na aplicação dos recursos dos incentivos fiscais do ICM, aceleraria, igualmente, seu retorno ao Estado e, por conseguinte, sua capacidade de promover a industrialização.

3.4. Interesse das Indústrias Financiadoras

O regime dos Incentivos Fiscais pretende que tanto as empresas financiadoras quanto as empresas receptoras auferam benefícios com a industrialização.

As empresas financiadoras deixariam de pagar o ICM, e, gratuitamente, teriam a possibilidade de tomada de ações de outras indústrias.

Já se mostrou, no capítulo anterior, como o sistema leva ao pagamento de uma maior parcela de Imposto de Renda, diminuindo, deste fato os benefícios aparentes.

Retomando, agora, o exemplo do Balanço elaborado com o Sr. Carlos Loeblein, verifica-se:

Da Demonstração de Lucros e Perdas:

	<u>1ª Hipótese c/opção</u>	<u>2ª Hipótese s/opção</u>
LL antes IR	Cr\$ 1.602.925	Cr\$ 1.575.608
Provisão p/IR	Cr\$ 480.877	Cr\$ 472.682
LL após IR	Cr\$ 1.122.048	Cr\$ 1.102.926
Dividendos a pagar	Cr\$ 134.646	Cr\$ 132.351
Reservas e Lucros	Cr\$ 987.402	Cr\$ 970.375

Ao optar pelos Incentivos Fiscais a Empresa não obteve 10% do ICM de incentivos, ou seja, Cr\$ 27.317,00, mas a diferença de Cr\$ 16.827,00 de Reservas e Lucros, o que representa somente 6,16% do ICM.

Ficou demonstrado, às págs. , que a remuneração média desse benefício só se dará a partir do 8º ano.

No nono ano, se a empresa em que tivesse aplicado procedesse à distribuição dos lucros, a financiadora receberia Cr\$ 8.079,00 de dividendos, mais Cr\$ 59.244,00 de bonificações,

se fosse considerada a incorporação de todas as reservas de capital (16).

Teria, portanto, um aumento em sua receita de
Cr\$ 67.323,00, que refletiria diretamente sobre o Lucro Líquido, representando Imposto de Renda Adicional de Cr\$ 20.189,00.

Como se observa, essa empresa se obrigava a receber
Cr\$ 59.244,00 em novos papéis, desembolsando, por este razão, um efetivo de Cr\$ 12.000,00. Ou em outras palavras, teria um desencaixe efetivo, oriundo dos "benefícios fiscais".

Voltando ao Balanço de Resultados, o resultado real, ao final do oitavo ano, seria de:

$$\text{Cr\$ } 67.323,00 - \text{Cr\$ } 20.189,00 = \text{Cr\$ } 47.134,00.$$

(16) Para chegar a esses números considerou-se que a empresa receptora viesse a ter a mesma lucratividade atual da empresa financiadora.

Na hipótese de não ter feito a opção, a empresa teria já no primeiro ano uma redução de Cr\$ 10.490,00 do Exigível a Curto Prazo, correspondente ao I.R. e dividendo adicional. Consequentemente, esses recursos permaneceriam girando na empresa, acompanhando todo o processo produtivo da mesma. Teriam ainda a grande vantagem de encontrarem-se a cada momento sobre o controle efetivo de seus legítimos donos.

A análise não se estenderá às repercussões desta medida sobre o Não Exigível da Empresa, embora somente se alerte que se teria um Não Exigível menor em Cr\$ 16.827,00 o que parece muito bom.

A análise abrangerá, isto sim, os benefícios financeiros advindos dos Cr\$ 10.490,00, considerando para efeito de cálculo o custo dos recursos cobrados atualmente pela rede bancária catariense e destinados ao Capital de Trabalho. Sabe-se, todavia que a rentabilidade marginal da empresa seria bem superior ao considerado.

A taxa adotada, será de 10% de juros mais 25% de Correção Monetária (Juros do Sistema PIS/CEF).

1º ano	- Cr\$ 10.490,00
2º ano	- Cr\$ 14.162,00
3º ano	- Cr\$ 19.119,00
4º ano	- Cr\$ 25.811,00
5º ano	- Cr\$ 34.845,00
6º ano	- Cr\$ 47.041,00
7º ano	- Cr\$ 63.505,00
8º ano	- Cr\$ 85.732,00
9º ano	- Cr\$ 115.738,00

Ao final de 9 anos, as disponibilidades de recursos para a empresa seriam de Cr\$ 115.738,00.

Comparando-se agora as duas hipóteses, ter-se-ia para o no-
no caso o seguinte:

<u>1ª Hipótese</u>		<u>2ª Hipótese</u>
Em ações	- Cr\$ 86.561	Cr\$ 115.738,00
Desemb.líquido	- <u>Cr\$ 12.110</u>	<u> </u>
TOTAL	Cr\$ 74.451	Cr\$ 115.738,00

É evidente que, a empresa analisada, não optou pelo sistema de Incentivos Fiscais do FUNDESC.

Concluindo, do ponto de vista financeiro, o atual sistema não é interessante às indústrias financiadoras.

Do ponto de vista de Segurança do Investimento, parece menos interessante ainda: primeiro, porque são hoje quase 50.000 estabelecimentos a compor o Capital Social de apenas 52 projetos de empresas beneficiadas e através de ações preferenciais sem direito a voto.

3.5. Interesse das Indústrias Receptoras

O sistema ora em análise, realmente beneficia as empresas receptoras dos Incentivos Fiscais do ICM.

Em época de tão grande crise no mercado de capitais, vender ações não de empresas, mas de projetos; parece, porém, uma irrealidade.

Permitir-se o prejuízo de quase 50.000 empresas estabelecidas no Estado em benefício de apenas 52, parece outra irrealidade.

O sistema poderia beneficiar muito mais as empresas receptoras se fosse alterada a sistemática atual e eliminados os custos de Captação e Taxas de Aplicação, ônus estes desnecessários. O investimento direto dos recursos pelo Estado teria a vantagem de que os cronogramas de recebimento dos recursos poderiam ser mantidos em dia.

O atual sistema pode induzir um comportamento monopolizador, aos tomadores dos Incentivos.

Assim, por hipótese, se um grupo empresarial teve um projeto aprovado pelo FUNDESC/INCENTIVOS, na seguinte composição de recursos:

- 20% capital do grupo
- 40% incentivos (Cr\$ 1,00/ação)
- 40% financiamento

Se este grupo, após ter captado de "n" empresas os Incentivos, entra em acordo com uma Corretora e esta propõe aqueles "n" acionistas a compra das ações pertinentes, por tão somente o valor do Imposto de Renda pago. Os "n" acionistas, que somente de verão receber algum resultado positivo, após 8 a 10 anos, em recebendo dinheiro de contado, aceitam a transação, mantendo os subsidiamentos nos projetos de financiamento. Desta forma, os 40% de ações preferenciais serão vendidos por tão somente 12%.

Aquele grupo que inicialmente participou com 20% do empreendimento, passará então a deter cerca de 100% das ações com efetiva aplicação de recursos próprios de apenas 32% DO INVESTIMENTO GLOBAL.

Vale dizer: a atual sistemática permite o abuso do poder econômico, entravando a Justiça Social.

Assim, ser uma empresa receptora dos incentivos fiscais dentro da atual sistemática é um privilégio para a indústria, em detrimento do setor industrial.

Os incentivos poderiam ser estendidos a todas as sociedades anônimas, inclusive para seus planos de expansão, bem como para as sociedades de economia mista, pela aplicação direta do Governo do Estado, pois parece injusta a utilização dos tributos indiretos, aos quais todos contribuem, para favorecer, gratuitamente, a minorias. Mormente quando não assiste ao Governo o apoio legal para o controle dos investimentos nas empresas beneficiadas.

CAPÍTULO IV

4. CONCLUSÕES

As demonstrações dos capítulos anteriores permitiram as seguintes conclusões sobre a atual estrutura dos Incentivos Fiscais do ICM:

- Os Incentivos Fiscais do ICM que deveriam se constituir como uma complementação ao funcionamento do FUNDESC, tornaram-se seu principal suporte financeiro, sendo seus recursos utilizados, sob alegação da ociosidade, para atender à demanda de financiamentos de todo o setor industrial em Santa Catarina, e não exclusivamente às implantações de indústrias novas, como previa o texto legal de sua criação.

- O funcionamento do regime de Incentivos Fiscais vem sendo prejudicado por sua atual estrutura organizacional, por não contar com uma Administração independente e com um quadro autônomo de executivos a tempo integral, para sua gestão administrativa e financeira.

- Os Cr\$ 1,05 bilhões de cruzeiros que poderiam, idealmente no período 1969-1977, promover o desenvolvimento industrial catarinense, representados por 10% sobre o ICM arrecadado, se reduzem, aparentemente, a Cr\$ 883,2 milhões, por nem todas as empresas optarem e por estarem disponíveis apenas após atingirem o mínimo legal para aplicação. A disponibilidade real desce ainda a Cr\$ 565,5 milhões, tendo em vista que, para atingir o limite fixado, é necessário um volume de vendas que só é alcançado, em curto período de tempo, pela minoria das empresas pagadoras do ICM.

- Para o mesmo período, a Administração do FUNDESC prevê.... Cr\$ 482,6 milhões de aplicações para os projetos atualmente aprovados, quando, na realidade, ao incluir as novas suplementações que se farão inevitavelmente necessárias, elas serão de Cr\$ 639,8 milhões.

- Ao invés do equilíbrio financeiro possibilitado por disponibilidades e aplicações ideais de recursos, ao invés dos saldos positivos previstos pela Administração do FUNDESC para todo o período, ocorrerão, na realidade, saldos deficitários. Isto ocorrerá porque a realidade aparente sobre a qual são tomadas as decisões de financiamento com os recursos dos Incentivos Fiscais, de um lado levam a uma expectativa de maior disponibilidade de recursos do que a real, de outro lado a aplicações subdimensionadas.

- Os Cr\$ 565,5 milhões de disponibilidades reais, calculadas a preços correntes do ano de depósito dos recursos no BESC, se reduzem, pelo efeito inflacionário, a Cr\$ 494,4 milhões, quando estimados a preços correntes do ano de aplicação dos recursos. Isso equivale a perdas de Cr\$ 71,1 milhões a preços correntes do período, ou seja, a Cr\$ 83,0 milhões, aos preços de 1974.

- O Governo, após ter em Banco os recursos do ICM, permite custos adicionais de Captação no total de Cr\$ 28,2 milhões, estimados para o período à taxa de 5%.

- Perdas substanciais para o setor industrial e para a economia catarinense resultam ainda da evasão do Estado de Cr\$ 265,0 milhões, sob a forma de taxa extra de Imposto de Renda.

- Os efeitos diretos líquidos sobre a industrialização dos Cr\$ 883,2 milhões de ICM de que se priva o Estado, se reduz a .. Cr\$ 188,0 milhões, tendo em vista a dispersão dos recursos possibilitada pela atual estrutura dos Incentivos Fiscais do ICM.

- As aplicações dos Incentivos Fiscais do ICM não têm sido canalizadas para o investimento industrial em atividades básicas para o desenvolvimento do Estado, de acordo com o espírito de sua criação, deixando de contribuir ao equilíbrio da estrutura do setor secundário.

- As aplicações dos recursos dos Incentivos Fiscais do ICM, ao invés de contribuir ao equilíbrio regional de industrialização, tem contribuído a agravar a tendência à concentração territorial da indústria em Santa Catarina.

- O retorno real do ICM ao Estado poderia ser maior, se evitados os atrasos nas aplicações dos Incentivos Fiscais do ICM.

- Em regra, a não opção pelo regime dos Incentivos Fiscais do ICM poderá ser mais vantajosa para a empresa financiadora do sistema, pois a retenção dos recursos correspondentes à taxa extra do I.R. em caso de opção, lhe assegura, de imediato, um capital de trabalho com melhores potencialidades de benefícios financeiros.

- A indústria receptora dos incentivos fiscais é atualmente privilegiada pelo sistema, em detrimento do setor industrial, em sua totalidade.

- As aplicações dos recursos dos Incentivos Fiscais do ICM deveriam ser feitas diretamente pelo Governo do Estado, evitando que recursos oriundos de tributos indiretos favoreçam, gratuitamente e sem controle, a minorias.

- Em síntese, e tendo em vista o exposto, se conclui pela necessidade de um aprimoramento da estrutura dos incentivos fiscais do ICM em Santa Catarina, para evitar as dispersões apontadas, que levariam o FUNDESC, em curto prazo, a uma situação de iliquidez e para que, efetivamente, os recursos disponíveis sejam canalizados para a promoção do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. Neste sentido, o trabalho termina com a apresentação de algumas sugestões.

CAPÍTULO V

5. SUGESTÕES

5.1. Alterações na atual estrutura de funcionamento do FUNDESC

Resumidamente, é necessário para maximizar o esforço governamental em desenvolver o Estado uma instituição financeira que, atendendo à orientação de uma política de desenvolvimento, seja legalmente capaz de:

- a) Receber recursos do Estado;
- b) Aplicá-los imediatamente no setor privado ou público;
- c) Participar acionariamente no Capital de Empresas;
- d) Repassar recursos para Bancos de Desenvolvimento Oficial;
- e) Negociar papéis no mercado de títulos, diretamente ou através de terceiros;
- f) Não visar lucros, porém, poder tê-los;
- g) Aplicar recursos a diversas finalidades, inclusive, a fundo-perdido, no objetivo de promover o desenvolvimento Econômico.

Dentro da Legislação sobre Mercado de Capitais, duas instituições satisfazem às exigências acima, sendo elas as Sociedades e os Fundos de Investimentos e/ou Desenvolvimento, ambos devidamente autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As primeiras funcionarão sempre sob a forma de Sociedades Anônimas, conforme artigo 49, II § 2º, da Lei nº 4.728/65, enquan

to que os Fundos, para a Administração da Carteira de Investimento, conforme artigo 50, § 1º da mesma Lei, deverão contratar com Companhia de Investimento.

Partindo-se das urgentes necessidades de alteração da atual sistemática dos Incentivos Fiscais do ICM, sugere-se, em virtude da autorização já concedida para o funcionamento do FUNDESC, que se procedam, provisoriamente, as alterações necessárias e possíveis da atual legislação, enquanto se buascaria autorização junto ao Banco Central para sua transformação em Companhia de Desenvolvimento do Estado.

Esta transformação do FUNDESC visaria somente sanar as deficiências de sua atual estrutura, integrando o FUNDESC Financiamento e Subsidiamento os Incentivos Fiscais do ICM, através de Administração única e independente nas gerências internas dos negócios, e subordinação às decisões diretivas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado.

5.2. Transformação do FUNDESC em Companhia de Desenvolvimento do Estado

Em uma segunda etapa, poderia dar-se, preferencialmente, a transformação do FUNDESC em uma Companhia de Desenvolvimento do Estado, para que os objetivos de desenvolvimento econômico fossem, realmente, atingidos.

A C.D.E. se proporia, fundamentalmente:

- a) permitir a pura e simples revogação da legislação pertinente aos Incentivos Fiscais;
- b) ser lastreada com o ativo do FUNDESC;
- c) receber do Estado, mensalmente, 10% (dez por cento) do ICM arrecadado, como colaboração ao setor secundário e durante "x" anos;
- d) seleção de projetos, aplicação e fiscalização de recursos, face orientação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado.

5.2.1. Vantagens de uma Companhia de Desenvolvimento do Estado

- a) incentivo ao mercado estadual de capitais pela concentração de ações;
- b) capacidade de se tornar auto-financiada, após o decurso de "x" anos, pelo retorno das aplicações, agregadas dos benefícios correlatos (dividendos, bonificações, etc.);
- c) alívio aos cofres do Estado — com a manutenção dos objetivos — após o "x" anos de colaboração financeira; de imediato, seriam suspensas as contribuições ao FUNDESC superiores aos 10% do ICM;

- d) promoção do equilíbrio econômico-regional;
- e) eliminação do pagamento do Imposto de Renda extra pelas indústrias e consequente evasão de recursos do Estado;
- f) criação de riquezas e distribuição a todo o Estado dos benefícios subsequentes;
- g) rígido controle dos recursos aplicados e disponíveis;
- h) a economia catarinense seria, de fato, incentivada pela racionalização e simplificação na aplicação de recursos especiais, sem custos intra e extra-sistema desnecessários;
- i) filosoficamente a CDE seria da comunidade Catarinense, a favor de quem distribuir-se-iam os benefícios finais;
- j) evitaria os entre-choques já existentes com os demais Estados da Federação, pela eliminação dos Incentivos Fiscais diretos existentes em Santa Catarina;
- l) certeza, por parte dos empresários, na execução do cronograma físico-financeiro dos investimentos programados, pela liberação, em tempo hábil, dos recursos contratados, bem como reajustados aos preços correntes;
- m) apoio às indústrias existentes, possibilitando maior participação societária do Estado no capital das sociedades de economia mista e compra de ações em Sociedades Anônimas privadas em expansão.

5.2.2. Pressupostos para o bom funcionamento da C.D.E.

Não deveria existir interesse de intervenção nos negócios internos da empresa beneficiada, a não ser nos casos seguintes, para efetiva defesa do capital comum:

- a) alteração, unilateral, pela empresa, das investimentos programadas;
- b) não cumprimento do cronograma original, exceto por imposições peculiares de mercado, alheias à vontade da empresa beneficiada;
- c) quando a empresa implicasse nas regras e leis que regem o comércio;
- d) quando qualquer dirigente infringisse, pessoalmente, as normas que regulam o bom nome cadastral junto à rede bancária ou comercial, desde que a empresa não tomasse medidas efetivas de seu afastamento;
- e) quando a empresa pretendesse realizar aumentos de capital por incorporação de bens, sem prévia consentimento da C.D.E.; e
- f) se a empresa, por 3 exercícios consecutivos, não apresentasse o resultado previsto no projeto, calculado dentro dos princípios e normas contábeis regidas pelo BACEN e Regulamento do Imposto de Renda.

5.2.3. Dinâmica de funcionamento da C.D.E.

A seguir, estão expostas algumas idéias sobre a conduta de funcionamento da C.D.E. — no caso específico de implantação de empresas:

- a) somente obteriam enquadramento empresas tipo "sociedade anônima".

- b) as ações representativas da aplicação da CDE deveriam ser "preferenciais com direito a voto";
- c) as empresas beneficiadas teriam o direito de, até três anos após implantadas, readquirir da CDE as ações respectivas, pelo valor patrimonial da ação à data do pagamento, e até o prazo máximo de quatro anos contados da manifestação de tal vontade;
- d) a C.D.E., não tendo interesse em gerir as ações das empresas beneficiadas (por ser sua filosofia proceder a investimentos de base econômica e/ou social), diante do silêncio da re aquisição de que trata a letra "c" anterior, faria fluir ao mercado de capitais as ações disponíveis, sempre pelo valor patrimonial da ocasião.

- No caso específico de expansão de empresas:

- a) somente seriam enquadradas empresas do tipo "S.A.";
- b) as ações representativas da aplicação da C.D.E., não necessariamente deveriam ser com direito a voto;
- c) as empresas beneficiadas teriam o direito da re aquisição das ações em prazos pré-estabelecidos e pelo valor patrimonial da ação à data do pagamento. Passado tal prazo a CDE poderia lançar tais ações no Mercado de Capitais;
- d) as empresas acima somente seriam enquadradas na área de atuação da C.D.E., se comprovado, através dos agentes oficiais de desenvolvimento (BRDE, BESC), a impossibilidade de expansão motivada pela falta de garantias reais ou disponibilidade de outros fundos externos.

- No caso específico da operação triangular:

Como o objetivo básico da C.D.E. seria injetar a totalidade de seus recursos no setor secundário, dispondo sempre de encaixe mínimo, quando existisse disponibilidades suficientes e por prazos compatíveis, poderia repassar estes recursos aos Bancos Oficiais Estaduais, para aplicação imediata no setor secundário e retorno baseado nos seus comprometimentos.

Estes recursos se fariam com taxas de encargos compatíveis com o mercado financeiro e sempre orientado ao fortalecimento da Indústria Catarinense.

ANEXOS

1. LEGISLAÇÃO1.1. Do FUNDESC

a) Lei de Criação:

LEI Nº 3.390, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1963

Institui o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC) e dá outras providências

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É instituído o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), destinado a estimular e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 2º - A administração do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina competirá ao Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), que in casu, operará como agente financeiro do Estado, nos limites da autorização constante desta lei, cabendo-lhe representá-lo, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, nas relações com terceiros.

Parágrafo Único - Como administrador e agente financeiro do FUNDESC, o Banco de Desenvolvimento do Estado é considerado concessionário de serviços públicos estaduais na forma de contrato a ser formulado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Na qualidade de administrador do FUNDESC, competirá ao Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), ouvido em cada caso o seu Conselho de Administração, eleito Conselho Deliberativo do Fundo, e à conta dos recursos deste:

a) promover diretamente ou por intermédio de terceiros, estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e so-

cial do Estado, para fins de financiamento, nos termos desta lei;

b) promover financiamentos de estímulo a empreendimentos e serviços que visem ao desenvolvimento econômico e social do Estado, de preferência em suas áreas economicamente menos evoluídas;

c) instituir e subscrever capital de sociedades de economia mista, que visem à expansão econômica, ao desenvolvimento da infraestrutura e à produção industrial ou agrícola do Estado;

d) operar diretamente com os recursos do Fundo, movimentando-se na execução de empreendimentos agro-pecuários ou industriais ou de pesca e na aquisição de bens móveis para os referidos fins, como: máquinas, ferramentas, motores, sementes, adubos, medicamentos, gado e outros animais de raça, matérias primas e outras e imóveis-áreas de terras para fixação de zonas industriais e agro-pecuárias e posterior revenda dos mesmos para aplicação em atividades da produção.

Parágrafo Único - Os estatutos das companhias instituídas, ou cujo capital for subscrito, à conta do FUNDESC, obrigarão a que a maioria das ações seja, ou permaneça na propriedade do Estado.

Art. 4º - Durante os dois primeiros anos de funcionamento, até quarenta por cento (40%) dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina poderão ser aplicados em financiamentos ou investimentos agro-pecuários, industriais e de pesca, cujos estabelecimentos produtores (matriz e filial) sejam localizados na região geo-econômico do litoral de Santa Catarina.

Art. 5º - Constituem recursos do FUNDESC:

1 - Os decorrentes de dotações orçamentárias;

2 - os decorrentes da abertura de créditos especiais com esse fim;

3 - os rendimentos, juros, retornos e recebimentos resultantes da aplicação do próprio fundo;

4 - os provenientes de dividendos, lucros e bonificações distribuídos por empresas de que o Estado seja acionista, com participação de recursos do Fundo;

5 - os decorrentes de dotações, legados e contribuições que receber;

6 - os resultantes de empréstimos e suprimentos obtidos pelo Estado, para aplicação específica nas atividades de investimento e financiamento do FUNDESC;

Parágrafo Único - O Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), através de sua Secretaria Executiva, poderá destinar ao FUNDESC os recursos vinculados à expansão econômica, até o montante previsto na lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

Art. 6º - É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais de até Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), vigente esta autorização no presente e nos próximos 2 (dois) exercícios financeiros à conta dos saldos dos exercícios anteriores, excessos de arrecadação e operações de crédito para constituir o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina.

§ 1º - Os créditos serão abertos à medida que forem requisitados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), e na medida das necessidades dos programas, projetos e financiamentos a executar ou desenvolver e consoante exposição fundamentada, aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - O Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) poderá antecipar seus recursos normais, até o limite do saldo dos créditos autorizados neste artigo, e dentro das condições contratuais fixadas no instrumento a que se refere o parágrafo único do artigo 2º, para o financiamento de programas de aplicação do FUNDESC, previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 7º - A remuneração do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), pelos serviços de agente financeiro, bem como as despesas decorrentes da gestão do Fundo, serão debitadas ao FUNDESC.

Art. 8º - O Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), na qualidade de Conselho Deliberativo do Fundo, encaminhará, até abril de cada ano, à Assembléia Legislativa, por intermédio do Governador do Estado, relatório da gestão do FUNDESC, referente ao exercício anterior.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 23 de dezembro de 196

CELSO RAMOS

Eugênio Doin Vieira

Mário Tavares da Cunha Mello

Elídio Barbosa

Jade Saturnino Vieira Magalhães

Luiz Gabriel

Tarcísio Schaefer

Fernando Osvaldo de Oliveira

Roberto Mattar

Ibrahim Felipe Simão

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos vinte e três dias do mes de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e três.

Gustavo Neves, diretor.

b) Lei de Regulamentação

LEI Nº 4.223, DE 26 DE SETEMBRO DE 1968

Cria o Conselho Administrativo do FUNDESC.

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), criado pela lei nº 3.390, de 23 de dezembro de 1963, destinado a estimular e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado passa a ser regido pela presente lei.

Art. 2º - Constituem recursos do FUNDESC:

1 - Os decorrentes de dotações orçamentárias;

2 - os decorrentes da abertura de créditos especiais com esse fim;

3 - os rendimentos, juros, retornos e recebimentos resultantes da aplicação do próprio fundo;

4 - os provenientes de dividendos, lucros e bonificações, distribuídos por empresas de que o Estado seja acionista, com a participação de recursos do fundo;

5 - os decorrentes de dotações, legados e contribuições que receber;

6 - os resultantes de empréstimos e suprimentos obtidos pelo Estado, para aplicação específica em investimento e financiamento do FUNDESC;

7- outros recursos que lhe forem conferidos por lei.

Art. 3º - Os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina deverão ser utilizados para os seguintes objetivos:

a - Financiamento de capital fixo e de giro de empreendimentos que visem ao desenvolvimento econômico e social do Estado atendidas as peculiaridades de suas áreas economicamente menos evoluídas;

b - aquisição de ações e debêntures de empresas que contribuam para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico do Estado e que tenham tido seus projetos aprovados pelo Conselho Administrativo a que se refere o artigo 5º desta lei;

c - doações, financiamentos normais e financiamentos a fundo perdido de pesquisas tecnológicas, em convênios com entidades públicas e privadas, ou sob contrato;

d - estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 4º - Na aplicação do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina não poderão ser aplicadas para as finalidades previstas nos ítems "c" e "d" do artigo 3º dessa lei, mais que 15% (quinze por cento) e 10% (dez por cento), respectivamente, de suas disponibilidades.

Art. 5º - A administração, orientação e controle do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e atribuição de um Conselho Administrativo composto dos seguintes membros: o Secretário Executivo do Gabinete de Planejamento; o Secretário da Fazenda, o Coordenador do Grupo Executivo Industrial do Gabinete de Planejamento; o Diretor da Divisão de Crédito para o Desenvolvimento, do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.; o Superintendente em Santa Catarina, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; dois (2) membros do Grupo Executivo Industrial do Gabinete de Planejamento de livre escolha do Governador; o Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; tres (3) representantes da classe empresarial de livre escolha do Governador.

Parágrafo Único - O Grupo Executivo Industrial do Gabinete de Planejamento, tem a sua criação desde já autorizada, nos termos da lei nº 3.791, de 30 de dezembro de 1965.

Art. 6º - O Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), através de sua Secretaria Executiva poderá destinar ao FUNDESC os recursos vinculados à expansão econômica até o montante previsto na lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais e suplementares de até NCr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos), para atender a execução da presente lei.

Parágrafo Único - Os recursos serão entregues ao FUNDESC mediante requisição do Conselho Administrativo referido no artigo 5º desta lei, e na medida das necessidades dos programas projetos e financiamentos a executar ou desenvolver.

Art. 8º - O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) permanece como agente financeiro do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC).

§ 1º - A remuneração do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE) pelos serviços de agente financeiro, será debitada ao FUNDESC.

§ 2º - Como agente financeiro do FUNDESC, o Banco de Desenvolvimento do Estado é considerado concessionário de serviços estatutais sob contrato com o Poder Executivo.

Art. 9º - Fica extinto o Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE), criado pelo artigo 10 da lei nº 2.719, de 27 de maio de 1961.

Art. 10 - O Poder Executivo em 30 (trinta) dias a partir da vigência regulamentará, em decreto, a presente lei.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 26 de setembro de 1968

IVO SILVEIRA

Ivan Luiz de Mattos

Norberto Ulysséa Ungaretti

Galileu Craveiro de Amorim

Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa

Luiz Gabriel

Adayr Marcolla

Antônio Muniz de Aragão

João Paulo Rodrigues

Serafim Ennos Bertaso

Armando Calil Bulos

Dib Cherem

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos 14 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito.

Antonieta de Medeiros Vieira, Diretor

1.2. Dos Incentivos

a) Lei de Criação

LEI Nº 4.225, DE 18 DE OUTUBRO DE 1968

Dispõe sobre Zonas de Desenvolvimento Prioritário, cria regime de incentivos fiscais e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", na forma e para os fins definidos nesta Lei.

Parágrafo Único - As "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" terão duração limitada, não podendo sua vigência ser inferior a um, nem superior a cinco anos, admitida, porém, sua revigoração por período ou períodos sucessivos.

Art. 2º - As "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" serão constituídas por um ou mais municípios entre si limítrofes, cujo desenvolvimento econômico se processe em velocidade inferior a do desenvolvimento do Estado.

Parágrafo Único - A instituição e a constituição de "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", serão estabelecidas em ato do Poder Executivo, com base em proposta do Conselho Administrativo do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina "FUNDESC".

Art. 3º - Fica criado o regime de incentivos fiscais, cujo produto deverá ser aplicado na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que vierem a se instalar em municípios incluídos em "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", e que tenham tido seus projetos aprovados pelo Conselho Administrativo do FUNDESC.

§ 1º - Permitir-se-á, também, a aplicação dos incentivos fiscais na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que vierem a se instalar em qualquer ponto do território do Estado, desde que, por decisão do Chefe do Poder Executivo exarada em manifestação do Conselho Administrativo do "FUNDESC", seja a atividade industrial considerada como básica para o desenvolvimento econômico do Estado.

§ 2º - Dentre outros a serem fixados em regulamento, constam os seguintes requisitos para definição de atividade básica;

a - essencialidade e relevância do projeto;

b - inclusão da atividade na categoria de indústria de bens de produção, ou de bens de consumo duráveis;

c - capital social superior a NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos).

Art. 4º - Os incentivos fiscais mencionados no artigo anterior corresponderão aos seguintes percentuais aplicados sobre o ICM devido por qualquer contribuinte do referido tributo, estabelecido no Estado de Santa Catarina e aqui recolhido:

a - nos primeiros dezoito meses que se seguirem ao início da vigência desta lei - 10% sobre o montante a recolher;

b - do décimo-nono ao trigésimo-sexto mês - 15%;

c - do trigésimo-sétimo mês em diante - 20%.

Art. 5º - O aproveitamento dos incentivos fiscais é optativo para o sujeito passivo da obrigação tributária vedando-se nos seguintes casos:

a - quando a sujeição, por conveniência legal, for transferida a terceiro;

b - quando o recolhimento do tributo for exigido por Notificação Fiscal.

Parágrafo Único - É vedado, também, o aproveitamento dos incentivos fiscais para aplicação na mesma "Zona de Desenvolvimento Prioritário" em que esteja situado o estabelecimento de quem por ele optar.

Art. 6º - O aproveitamento dos incentivos fiscais atenderá às seguintes normas:

I - O contribuinte, à época do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias, confeccionará duas guias distintas (uma, consignando o valor do tributo devido com redução do percentual a que se refere o artigo 4º, e, outra, registrando o valor do incentivo fiscal;

II - O valor correspondente ao incentivo fiscal será lançado à conta de "Depósitos de Diversas Origens - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina";

III - Ao contribuinte será lícito, até 2 (dois) anos após efetuado o depósito ou completado o limite mínimo referido no parágrafo 2º deste artigo, solicitar ao "Conselho Administrativo do FUNDESC", a aplicação dos valores depositados à sua ordem, na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais de sua livre escolha, desde que venham elas a se instalar nas "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" ou que sejam consideradas como atividades estratégicas.

§ 1º - A solicitação dos incentivos aproveitados, serão juntadas cópias autenticadas das guias de depósitos a que se refere o inciso I deste artigo.

§ 2º - O "FUNDESC" não aceitará solicitação de aplicação inferior a NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos).

§ 3º - Os depósitos correspondentes aos incentivos serão transferidos ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A., cabendo ao Conselho Administrativo do "FUNDESC" movimentá-los.

§ 4º - O FUNDESC cobrará dos tomadores de cotas ou ações, a título de ressarcimento de custos operacionais, a taxa de 3% (três por cento) do valor da aplicação.

Art. 7º - Originam crédito aproveitável do ICM por estabelecimentos industriais, a partir da regulamentação da presente lei, as entradas tributadas ou não, de equipamentos industriais nacionais, destinados ao ativo fixo dos adquirentes.

Parágrafo Único - A utilização dos créditos referidos no "caput" não excederá, em cada decênio, aos percentuais fixados no artigo 4º, desta lei, calculados sobre o imposto a ser recolhido pelas saídas promovidas no mesmo período decenal.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 120 dias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda assim a faça executar.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de outubro de 1968.

IVO SILVEIRA

Ivan Luiz de Mattos

Norberto Ulysséa Ungaretti

Galileu Craveiro de Amorim

Paulo Gonçalves WEber Vieira da Rosa

Adayr Marcolla

Antônio Muniz de Aragão

João Paulo Rodrigues

Serafim Ennos Bertaso

Armando Calil Bulos

Luiz Gabril

Dib Cherem

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos 31 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito.

Antonieta de Medeiros Vieira, Diretor

b) Leis de Alterações

LEI Nº 4.540, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1970

Altera dispositivos da Lei nº 4.225, de 18 de outubro de 1968, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a vigorar com a seguinte redação o artigo 4º da Lei nº 4.225, de 18 de outubro de 1968:

Art. 4º - "Os incentivos fiscais mencionados no artigo anterior corresponderão à alíquota de 10% (dez por cento), aplicada sobre o ICM devido por qualquer contribuinte ao referido tributo situado no Estado de Santa Catarina e aqui recolhido.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá, juntamente com as mensagens orçamentárias dos exercícios futuros, propor a majoração da alíquota referida no "caput".

LEI Nº 5.041, DE 02 DE JULHO DE 1974

Altera dispositivos da Lei nº 4.225, de 18 de outubro de 1968, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso III do artigo 6º, da Lei nº 4.225, de 18 de outubro de 1968, fica assim alterado:

III - "Ao contribuinte será lícito, após completo o limite

mínimo de opção (Cr\$ 5.000,00), o prazo de (seis) 6 meses para a escolha do projeto aprovado pelo Conselho Administrativo do FUNDESC".

Art. 2º - Os créditos resultantes da desistência da escolha do projeto serão revertidos à conta do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Depósitos de Diversas Origens, no Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

Art. 3º - O disposto no artigo aplica-se aos incentivos fiscais já colocados à conta do FUNDESC.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 02 de julho de 1974

COLOMBO MACHADO SALLES

(Extraído do Diário Oficial, de 16/07/74, pág. 5)

1.1.3. FUNDESC e INCENTIVOS (Acrescentando dispositivos)

LEI Nº 4.343, DE 03 DE JULHO DE 1969

Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.223, de 26 de setembro de 1968, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Acrescente-se ao artigo 3º, da lei nº 4.223, de 26 de setembro de 1968, os seguintes itens e parágrafos:

e) - financiamento, a fundo perdido, da diferença dos custos de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos em outras fontes, para custeio de empreendimentos industriais ou de infra estrutura.

§ 1º - São condições essenciais à concessão dos financiamentos previstos no ítem "e", deste artigo:

1. incapacidade financeira do FUNDESC para a concessão do empréstimo;

2. prévia aprovação, pelo Conselho Administrativo, do projeto e das condições estabelecidas pelo prestador que substituir o FUNDESC;

3. comprovação de alto efeito germinativo do empreendimento na economia catarinense.

§ 2º - Na aferição dos encargos financeiros referidos no ítem "e", deste artigo, será considerada apenas a parcela correspondente à participação ideal do FUNDESC".

Art. 2º - O Grupo Executivo Industrial (G.E.I.) criado de acordo com a autorização contida no artigo 5º da lei nº 4.223 , de 20 de setembro de 1968, pelo Decreto nº GP-20-01-69/7.652 , constitui órgão colegiado vinculado ao Gabinete de Planejamento e funcionará segundo regulamento aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, mantidas as normas do ato de sua criação que não colidirem com as desta lei.

Parágrafo 1º - Os técnicos que integram o G.E.I. recrutados e nomeados segundo dispõe o ato de sua criação, serão remunerados em regime de representação, fixada pelo Governador do Estado.

Parágrafo 2º - Os membros do G.E.I. cumprirão mandato anual, permitida a recondução.

Art. 3º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 5º, da lei nº 4.225, de 18 de outubro de 1968.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação -

10

ção, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis

IVO SILVEIRA

Ivan Luiz de Mattos

Norberto Ulysséa Ungaretti

Galileu Craveiro de Amorim

Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa

Luiz Gabriel

Adayr Marcolla

Antônio Muniz de Aragão

João Paulo Rodrigues

Serafim Ennos Bertaso

Armando Calil Bulos

Dib Cherem

BIBLIOGRAFIA

- | 1| ABREU, Alcides e Outros - Ensaio sobre a Economia Catarinense, Edit. EDEME, Dezembro 70.
- | 2| BARROS E MODENESI, Frederico I.O. Robalinho e Rui Lyrio - Pequenas e Médias Indústrias, Edit. IPEA/INPES R.J., em 1973.
- | 3| BARTOLI, Henri - "Systèmes et Structures Economiques" - Edit.Cujas, Paris, 1969, pág. 63.
- | 4| FIESC - Cadastro Industrial 73/74 de Santa Catarina-Edit. EDEME, 1974
- | 5| FREYSSINET, Jacques - Le Concept de Sous - Développement, Mouton & Cie, Paris, 2ª Ed., 1970.
- | 6| GALBRAITH, John Kenneth - Desenvolvimento Econômico em Perspectiva - Ef. Fundo de Cultura, R.J. 1ª Ed. Brasileira, 1972.
- | 7| IBGE - Censo Industrial de Santa Catarina - Public. IBGE, 1970.
- | 8| MARCONDES DE MATTOS, Fernando - A Industrialização Catarinense - U.F.S.C., Florianópolis, 1968
- | 9| QUEIROZ, Antônio Diomário de - "Une Approche Structurale du Sous - Véveloppement et du Développement" - I.E.D.E.S., Université de Paris I, Paris, 1971.
- | 10| REIS VELLOSO, João Paulo - "Pronunciamento na Secção de Abertura do IIIº Congresso de Bancos de Desenvolvimento" - Revista ABDE, Novembro 1973
- | 11| SECRETARIA DA FAZENDA - "Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias" - Public. Intergovernamental, 1972.

- |12| SECRETARIA DA FAZENDA - Economia Catarinense - Levantamen
to Conjuntural - Edit. EDEME, 1970.
- |13| S.D.E., IBAGESC-CEBRAE, BRDE/AGFLO - Análise da Indústria
de Transformação de Santa Catarina-Edit. EDEME ,
1974.
- |14| SUZIGAN, Wilson - Financiamento de Projetos Industriais no
Brasil - IPEA, INPES, R.J., 1972.
- |15| TINBERGEN, Jan - Programação para o Desenvolvimento -
F.G.V., 1ª Edição em Português, 1964
- |16| UCHÔA DE REZENDE, Sérgio - Pronunciamento efetuado no dia
11/10/73, para a Associação dos Diplomados da
Escola Superior de Guerra do Paraná - Curitiba -
PR - Publicação da ADESG", 1973.
- |17| VALE PEREIRA, Nereu do e outros - Ensaio sobre Sociolo-
gia e Desenvolvimento em Santa Catarina - Edit .
EDEME, 1971.
- |18| WALDERRAMA - Hector Soza - Planificación del Desarrollo In-
dustrial - Siglo XXI, Editores S.A., México, 1ª
Edição, 1966.